

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E
DESENVOLVIMENTO**

Ana Carolina Moura

**O PAPEL DO INDIVÍDUO NA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DE
VEBLEN**

Santa Maria, RS
2017

Ana Carolina Moura

O PAPEL DO INDIVÍDUO NA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DE WEBER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Economia e Desenvolvimento**.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Eduardo Rohenkohl

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Moura, Ana Carolina
O PAPEL DO INDIVÍDUO NA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DE
VEBLEN / Ana Carolina Moura.- 2017.
76 p.; 30 cm

Orientador: Júlio Eduardo Rohenkohl
Coorientadora: Solange Regina Marin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, RS, 2017

1. Teoria Econômica Evolucionária 2. Indivíduo 3.
Thorstein Veblen I. Rohenkohl, Júlio Eduardo II. Marin,
Solange Regina III. Título.

Ana Carolina Moura

O PAPEL DO INDIVÍDUO NA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DE VEBLEN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Economia e Desenvolvimento**.

Aprovado em 21 de fevereiro de 2017


Júlio Eduardo Rohenkohl (UFSM)
(Presidente/Orientador)


Igor Castellano da Silva (UFSM)


José Felipe Araújo de Almeida (UFPR)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial a minha mãe Danieli Moura e a meu namorado Matheus Zanella, sem eles nada disso seria possível, foram a peças fundamentais para a concretização do meu trabalho.

Aos amigos, por terem me apoiado e ficarem ao meu lado nas horas que eu mais precisava, principalmente a Maríndia Brites que me acompanhou em todos os momentos dessa caminhada.

Agradeço a todos os professores e em especial ao meu orientador, Júlio Eduardo Rohenkohl, e a minha co-orientadora, Solange Regina Marin, por transmitirem seus conhecimentos, por suas considerações, correções e por dedicarem parte do seu tempo a mim.

Não poderia deixar de agradecer também aos colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento pelos dois anos de convívio. Muito obrigada por tudo, pela paciência, pela amizade e pelos ensinamentos que levarei para sempre.

RESUMO

O PAPEL DO INDIVÍDUO NA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DE VEBLEN

AUTORA: Ana Carolina Moura
ORIENTADOR: Júlio Eduardo Rohenkohl

Segundo Veblen (1915), a evolução das instituições é o mesmo que desenvolvimento institucional e isso é o próprio desenvolvimento da sociedade. Este trabalho almeja responder a seguinte questão: qual é o papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen? O objetivo geral é buscar o papel que o indivíduo ocupa na evolução institucional de Veblen. Para atingir o objetivo geral foi desenvolvida uma estrutura analítica que apresenta as características fundamentais de Teoria Econômica Evolucionária. Como objetivo específico, investiga-se as características fundamentais de uma Teoria Econômica Evolucionária e uma forma de apresentá-la como uma estrutura analítica que será usada para avaliar a Teoria de Veblen e o papel do indivíduo na mesma. Para se entender quais são os elementos fundamentais de uma Teoria Econômica Evolucionária, primeiramente é necessário esclarecer o que é uma ontologia evolucionária. Conforme Dopfer e Potts (2008; 2004), a ontologia tem a função de servir como alicerce para a Teoria Econômica Evolucionária e é composta por afirmações científicas sobre a natureza fundamental da realidade. Como uma alternativa de ontologia evolucionária Dopfer e Potts (2008; 2004) propõem o Realismo Evolucionário. Após a definição da ontologia evolucionária, parte-se para a construção das características fundamentais da Teoria Econômica Evolucionária que estejam em conformidade com o Realismo Evolucionário. Nesse trabalho serão apresentados quatro autores Witt (2014), Metcalfe (1998), Lawson (2003) e Potts (2003). Da união desses quatro autores somada com a orientação ontológica evolucionária conclui-se que quatro elementos são fundamentais para uma Teoria Econômica Evolucionária: variação, seleção, replicação e adaptação. Esses elementos compõem as características fundamentais da Teoria Econômica Evolucionária à luz das modalidades de Witt (2014). Ressalta-se que para iniciar essa avaliação é preciso esclarecer quem é essa população e qual é a unidade de seleção. Essa estruturação foi usada como uma ferramenta para analisar a teoria evolucionária de Veblen. Esse método de avaliação do papel do indivíduo aplicado à leitura de uma seleção de escritos de Veblen leva à conclusão de que através de seus instintos, hábitos e instituições, o indivíduo de Veblen possui características de variação, seleção, adaptação e replicação. Na evolução institucional ele possui um múltiplo papel, ora atua como agente através de seus instintos e hábitos, ora assume uma postura mais passiva, onde é moldado pelo ambiente institucional. O múltiplo papel do indivíduo em Veblen pode ser concebido cientificamente e teoricamente quando se incorpora na estrutura teórica a explicação do tipo (iii). Esse tipo de explicação torna possível conceber a história de processos adaptativos que são, também, interativos nos quais a seleção, adaptação e replicação são imperfeitas, abrindo caminho para a geração de nova variação. Uma ontologia evolucionária permite criar teorias científicas nestes moldes.

Palavras-Chaves: Teoria Econômica Evolucionária. Thorstein Veblen. Indivíduo.

ABSTRACT

THE ROLE OF THE INDIVIDUAL IN VEBLEN'S INSTITUTIONAL EVOLUTION

AUTHOR: Ana Carolina Moura
ADVISOR: Júlio Eduardo Rohenkohl

According to Veblen (1915), the evolution of institutions is the same as institutional development and this is the development of society. The aim of this paper is answer the question: what is the role of the individual in Veblen's institutional evolution? The general objective is to seek the role occupied by the individual in Veblen's institutional evolution. In order to achieve the general objective, we developed an analytical framework that presents the fundamental characteristics of the Evolutionary Economic Theory. The specific objective is investigate the fundamental characteristics of an Evolutionary Economic Theory and a form of presentation as an analytical framework that is to evaluate a Veblen's Theory and the role of the individual in it. To understand what the fundamental elements of an Evolutionary Economic Theory are it is necessary to clarify what an evolutionary ontology is. According to Dopfer and Potts (2008, 2004), an ontology serves as a foundation for an Evolutionary Economic Theory and is made up of scientific claims about a fundamental nature of reality. As an alternative to evolutionary ontology, Dopfer and Potts (2008; 2004) propose the Evolutionary Realism. After defining the evolutionary ontology, we starts with the construction of the fundamental characteristics of Evolutionary Economic Theory that are in conformity with Evolutionary Realism. In order to do that we use the works of Witt (2014), Metcalfe (1998), Lawson (2003) and Potts (2003). From the union these four authors combined with an evolutionary ontological orientation, we concluded that four elements fundamental to an Evolutionary Economic Theory are variation, selection, replication and adaptation. These elements are fundamental characteristics of the Evolutionary Economic Theory and connect in the analysis framework through the Witt's (2014) modalities. To begin this evaluation it is necessary to clarify who the population and the unit of selection are. This structure is a tool for analysis the evolutionary theory of Veblen. This method of evaluating the individual's role applied in a selection of Veblen's writings leads to the conclusion that through his instincts, habits, and institutions, the Veblen's individual has characteristics of variation, selection, adaptation and replication. In institutional evolution, it has a multiple role, sometimes acting as an agent through its instincts and habits, or else it takes a more passive stance, where it is shaped by the institutional environment. The multiple role of the individual in Veblen can be conceived scientifically and theoretically, when we incorporates in the theoretical structure the explanation of type (iii). This kind of explanation makes it possible to conceive the history of adaptive processes that are also interactive in which selection, adaptation and replication are imperfect, opening the way for the generation of new variation. An evolutionary ontology allows creating scientific theories in these molds.

Keywords: Evolutionary Economic Theory. Thorstein Veblen. Individual

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura analítica da Teoria Econômica Evolucionária.....	37
Figura 2 – Explicação do tipo (i).....	41
Figura 3 – Explicação do tipo (ii).....	47
Figura 4 – Explicação do tipo (iii).....	57

LISTA DE QUDROS

Quadro 1 – Síntese da explicação do tipo (ii) aplicada nas obras de Veblen.....	53
Quadro 2 – Síntese da explicação tipo (iii) aplicada nas obras de Veblen.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO 1: AS CARACTERÍSTICAS DA TEORIA ECONOMICA EVOLUCIONÁRIA ..	15
1.1 INTRODUÇÃO	15
1.2 ONTOLOGIA EVOLUCIONÁRIA	16
1.3 MODALIDADES DE EXPLICAÇÕES CAUSAIS DE WITT	21
1.4 A IDEIA DE EVOLUÇÃO DE POTTS (2003).....	24
1.5 A APLICAÇÃO DA TEORIA EVOLUTIVA DARWINIANA NOS FENÔMENOS ECONÔMICOS DE METCALFE (1998)	26
1.6 A PROPOSTA DE ECONOMIA EVOLUCIONÁRIA DE LAWSON (2003).....	32
1.7 AS CARACTERÍSTICAS DE UMA TEORIA ECONÔMICA EVOLUCIONÁRIA	35
CAPÍTULO 2: OS INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES DE VEBLEN	40
2.1) INTRODUÇÃO	40
2.2) EXPLICAÇÃO APROXIMADA DE COMO OS ELEMENTOS ATUAM	40
2.2.1) Os instintos segundo Veblen	41
2.2.2) Os hábitos segundo Veblen	43
2.2.3) As Instituições Segundo Veblen	45
2.3) EXPLICAÇÕES FINAIS DA FUNÇÃO DA CARACTERÍSTICA E O SEU VALOR ADAPTATIVO PARA A SOBREVIVÊNCIA E APTIDÃO REPRODUTIVA DO ORGANISMO..	47
2.4) EXPLICAÇÕES SOBRE A DESCENDÊNCIA DA CARACTERÍSTICA	54
2.5) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
CAPÍTULO 3: O MULTIPLO PAPEL DO INDIVÍDUO DE VEBLEN NA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL	61
3.1) INTRODUÇÃO	61
3.2) A VISÃO DE VEBLEN SOBRE A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL	61
3.3 O PAPEL DO INDIVÍDUO NA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL	65
3.5) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERENCIAS	74

INTRODUÇÃO

Thorstein Bunde Veblen (1857-1929) insere-se como um dos “fundadores” do Antigo Institucionalismo Norte-Americano acompanhado de Wesley Mitchell (1874-1948) e John Commons (1862-1945). Veblen forneceu grande parte da inspiração intelectual para o institucionalismo (RUTHERFORD, 2001). Veblen nasceu em Wisconsin (EUA) e foi editor do *Journal of Political Economy* (JPE) em 1892. Estudou na Universidade de Yale em 1884, onde obteve o título de doutor com a tese sobre “Os fundamentos éticos da doutrina da retribuição”. Veblen foi assistente do professor J. Laurence Laughlin na mesma época que foi editor do JPE, é desse período que data a sua mais famosa obra “*The Theory of Leisure Class*”, publicada em 1899 (VEBLEN, 1983).

A obra de Veblen traz fundamentos oriundos da psicologia, antropologia e da biologia evolutiva. O ser humano concebido pelo autor é composto por diversos elementos como, instintos e hábitos, e da interação com o meio em que vive. Conforme há uma perturbação nesse meio, a interação que os indivíduos têm com ele muda.

Veblen se opõe ao *mainstream*¹ da Ciência Econômica. Tomando por base o período dos anos 1990 até as décadas mais atuais, Dequech (2007) afirma que o *mainstream* econômico é formado por um corpo de conhecimento diversificado, composto majoritariamente pelo pensamento neoclássico. O termo neoclássico aparece na obra de Veblen (1919) para denominar alguns dos pensadores da sua época, em destaque Jevons. Segundo Veblen (1919), os economistas neoclássicos apresentam uma análise centrada no indivíduo, ignorando a existência do processo. A análise neoclássica é fundamentada nas leis e normas econômicas. O comportamento dos indivíduos é determinado, também, por leis e condutas.

Segundo Duquech (2007), a economia neoclássica, que compõe grande parte do *mainstream*, pode ser caracterizada pela ênfase na racionalidade e nos critérios de racionalidade, pela ênfase no equilíbrio e a negligência da incerteza.

Em oposição a essa visão de Ciência Econômica, em 1898 Veblen lança o artigo *Why Economics is not a evolutionary science?* O que diferencia uma ciência evolucionária de uma ciência não evolucionária, nos termos de Veblen (1898), não é a inexistência de fatos e

¹ Segunda Dequech (2007) *mainstream* econômico pode ser considerado o conjunto de escolas econômicas que são ensinadas nas universidades mais prestigiadas, que servem de base para publicações nos periódicos mais importantes da área e recebem os prêmios mais importantes. As ideias do *mainstream* econômico estão presentes nos livros de graduação mais influentes e usados. As escolas de pensamento que compõe o *mainstream* mudam conforme o período analisado. Tomando por base o período dos anos 1990 até as décadas mais atuais.

esquemas de processos, sequencias, crescimentos e desenvolvimentos. Para Veblen (1898), o contraste está na base de avaliação dos fatos e no interesse pelo qual cada fato é analisado. Tanto na ciência não evolucionária, quanto na ciência evolucionária, a base de valorização dos fatos manipulados é a relação causal que existe entre eles. Porém, na última existem esquemas de sequências cumulativas e aí está a diferença dessas duas ciências, segundo Veblen (1898). Essas sequencias cumulativas permitem observar as mudanças históricas e identificar os padrões.

Segundo Veblen (1898), a ciência pré-evolucionária acredita que existe uma ordem natural o que permite a generalização e a formulação de leis naturais. Também, o caráter apenas classificatório, taxonômico, dessa ciência difere daquelas que Veblen (1898) descreve como evolucionárias. Nas ciências naturais, a taxonomia continua possuindo um grande valor em termos de conhecimento, porém os cientistas não focam apenas na classificação, eles estão interessados nas razões. Seu foco de análise não é apenas as estruturas, mas o desenvolvimento e os hábitos de vida dos organismos. Essa é uma das diferenças da ciência pré-evolucionária para a evolucionária.

O comportamento humano em Veblen também difere do presente no *mainstream*. De acordo com Monastério (1998), a análise do comportamento humano em Veblen incorpora os conceitos de “razão suficiente” e “causa eficiente” que, de forma equivalente, significa que a conduta humana é motivada conjuntamente por fatores racionais e habituais. A “razão suficiente” e a “causa eficiente” são os dois fundamentos básicos do conhecimento teórico. A razão suficiente é identificada com atividades deliberadamente racionais, aborda como os acontecimentos futuros determinam os atos presentes e, considerando que a Economia trata da conduta humana e enfoca nos indivíduos capazes de refletir, qualquer teoria econômica faz uso desse fundamento básico. O *mainstream* utiliza apenas esse fundamento.

A causa eficiente é impessoal, objetiva e determinística, sendo o contrário da primeira. O seu conceito é oriundo da relação de causa e efeito, onde não há reflexão do agente, ou seja, é o comportamento habitual, pois não leva em conta o resultado das ações. Além dos hábitos de pensamento, as instituições guardam relação com a causa eficiente, pois nesta não há espaço para reflexão por parte do agente. Em Veblen, as relações de causa eficiente participam da conduta humana sob a forma dos hábitos e exigências convencionais. (MONASTÉRIO, 1998).

Os escritos de Veblen possuem características de sequências longas de pensamento que tem a evolução como seu ponto principal. Veblen escreve na sociedade americana do início do

século XX, que estava sofrendo uma mudança dos seus hábitos de pensamento pela introdução de uma nova forma de consumo, produção e tecnologias, a indústria. Para Veblen, a mudança nos hábitos de pensar compartilhados em uma sociedade está relacionada com a evolução institucional.

Segundo Veblen (1915), a evolução das instituições é o mesmo que desenvolvimento institucional e isso é o próprio desenvolvimento da sociedade. Falar da evolução institucional de Veblen é pensar na evolução da cultura de uma população e a cultura possui um papel importante no desenvolvimento da sociedade. Ziman (2000), apresenta essa ideia, que se assemelha às de Veblen, de que a tecnologia de uma comunidade está diretamente associada com a sua cultura, não é possível desassociá-las. Ela é capaz de codificar, carregar ou transmitir sistemas inteiros de ideais imateriais e padrões de comportamento. A influência da construção social abrange desde objetos concretos, como machados de pedra, bicicletas e remédios, até os âmbitos mais abstratos, como os contratos comerciais, precedentes legais e teorias econômicas. Entender como uma sociedade evoluiu é importante para compreender como a relação entre cultura e tecnologia se construiu.

Para tratar de evolução é necessário entender o que é uma teoria evolucionária, sobretudo distinguir quais são os seus elementos fundamentais. Nas Ciências Biológicas esse esforço já está avançado, mas no âmbito nas Ciências Econômicas ainda é incipiente. Alguns autores têm se dedicado a esse trabalho, porém a tarefa de buscar inspiração nas analogias biológicas para explicar os fenômenos econômicos e sociais não é nada fácil (DOPFER E POTTS, 2008).

Segundo Hodgson (1998), o rótulo Economia Evolucionária já foi empregado por diversos teóricos e de maneiras distintas. Destaca-se, por exemplo, Thorstein Veblen e John Commons que tem seus trabalhos frequentemente descritos como Economia Evolucionária pelos seus seguidores. Alguns trabalhos inspirados por Joseph Schumpeter também são descritos como Economia Evolucionária. A abordagem da Escola Austríaca é intitulada, muitas vezes, como evolucionária, como pode ser observado na teoria de Carl Menger sobre a evolução do dinheiro e outras instituições e em alguns trabalhos de Friedrich Hayek que utiliza extensivamente metáforas extraídas da biologia.

Hodgson (1998) afirma que o rótulo de Economia Evolucionária já foi dado a Adam Smith, Karl Marx, Alfred Marshall e tantos outros. O ramo da Teoria dos Jogos Evolucionária é um ramo que tem se desenvolvido recentemente dentro da economia matemática e, como o

próprio nome indica, também recebe essa denominação. O trabalho clássico de Richard Nelson e Sidney Winter de 1982, *An Evolutionary Theory of Economics Changes*, talvez seja um dos mais famosos a receber título de Economia Evolucionária. Porém, desde os seus primórdios, a Economia Evolucionária enfrenta problemas de fundamentação ontológica adequada que forneça uma orientação para a construção de uma teoria que explique os fenômenos de mudança (DOPFER, 2013).

Esse trabalho busca responder, com base nas características da Teoria Economia Evolucionária de Ulrich Witt (2014), Jason Potts (2003), John Stanley Metcalfe (1998) e Tony Lawson (2003) qual é o papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen? O objetivo principal é buscar o papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen. A hipótese é de que os seres humanos têm tanto um papel ativo, ou seja, o indivíduo é um agente de mudança institucional, quanto um papel passivo, há situações nas quais a mudança institucional se impõem a ele.

O primeiro objetivo específico é obter uma estrutura analítica para avaliar o caráter evolucionário de uma teoria. A hipótese correspondente é a de que é possível constituir uma estrutura de análise a partir dos autores Witt (2014), Potts (2003), Metcalfe (1998) e Lawson (2003) para identificar elementos considerados fundamentais para caracterizar uma Teoria Econômica Evolucionária.

O segundo objetivo específico é aplicar a estrutura analítica para analisar se a teoria de Veblen contém todos os elementos apresentados como fundamentais para uma teoria evolucionária e se ela é coerente com uma ontologia evolucionária. Pretende-se, a partir dos livros *The Theory of the Leisure Class* e *The Instinct of Workmanship*, ambos escritos por Veblen, identificar elementos evolucionários e avaliar a sua teoria frente aos fundamentos ontológicos de Dopfer e Potts (2008) e analíticos propostos por Witt (2014), Metcalfe (1998) e Potts (2003). Por hipótese, tem-se que a proposta vebleniana é uma Teoria Econômica Evolucionária.

Para Veblen (1898), a Teoria Econômica Evolucionária possui a capacidade de explicar a história econômica dos indivíduos como um processo de adaptação de meios e fins que mudam cumulativamente. Toda a mudança econômica é uma mudança na comunidade e esta é sempre, em última instância, uma mudança nos hábitos de pensamento dos indivíduos que a compõem. Observa-se que o indivíduo é uma peça fundamental dentro da Teoria Econômica Evolucionária de Veblen e, também, para a evolução institucional. A concepção de indivíduo

de Veblen, muito diferente do sujeito racional e maximizador de utilidades, é um objeto relevante de investigação. Assim, justifica-se a necessidade de identificar qual o papel do indivíduo no fenômeno de evolução institucional.

Para fazer essa investigação, é necessária a construção de uma estrutura analítica que incorporasse as características fundamentais para uma Teoria Econômica Evolucionária. Essa estrutura está alicerçada na ontologia evolucionária de Dopfer e Potts (2004: 2008). Sua construção é baseada nos dois artigos de Witt (2014), Lawson (2003), Potts (2003) e do livro de Metcalfe (1998), a escolha desses autores foi devido ao fato dos três estarem em conformidade com a ontologia evolucionária de Dopfer e Potts (2004: 2008) e de apontarem características que são fundamentais para uma Teoria Econômica Evolucionária.

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa teórica, que é aquela, segundo Demo (1987), construída através de quadros teóricos de referência. Demo (1987) apresenta alguns procedimentos para a formação do quadro teórico. O primeiro é o domínio dos clássicos de determinado assunto. Em segundo lugar, cita-se o domínio da bibliografia fundamental, onde se toma conhecimento da produção existente. O autor aponta, também, a crítica na qual centra-se a discussão aberta, caminho fundamental do crescimento científico. Serão usados nesse trabalho, além dos artigos de Witt (2014), Potts (2003) e Lawson (2003) e do livro de Metcalfe (1998), os livros de Veblen, *The Theory of the Leisure Class* e *The Instinct of Workmanship*, na língua original, bem como textos e livros de alguns de seus principais interpretes.

A dissertação está dividida em quatro capítulos, além desta introdução. O capítulo 1 traz as características fundamentais de uma Teoria Econômica Evolucionária que foram apontadas por Witt (2014), Potts (2003), Metcalfe (1998) e Lawson (2003) e, também, traz a discussão de Dopfer e Potts (2004; 2008) acerca da importância de se construir uma ontologia evolucionária, como alicerce para as teorias. O segundo capítulo apresenta os elementos que constituem o indivíduo em Veblen, que são analisados à luz das características da Teoria Econômica Evolucionária expostas anteriormente. O capítulo 3 traz o conceito de evolução institucional para Veblen e busca identificar o papel ocupado pelo indivíduo. Esta análise também segue o que foi exposto no primeiro capítulo. O capítulo quatro são as considerações finais da dissertação.

CAPITULO 1: AS CARACTERÍSTICAS DA TEORIA ECONOMICA EVOLUCIONÁRIA

1.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo buscar quais são os elementos que caracterizam uma Teoria Econômica Evolucionária. Para isso, é necessário primeiramente esclarecer o que é uma ontologia evolucionária. Segundo Dopfer e Potts (2008; 2004), só é possível ter uma Teoria Econômica Evolucionária concisa se uma ontologia evolucionária for definida, a teoria precisa dela para se alicerçar e organizar. Essa ontologia é nomeada por Dopfer e Potts (2004; 2008) e Dopfer (2013) de Realismo Evolucionário. Com a identificação da ontologia evolucionária, são assentados os alicerces para discutir quais são as características fundamentais que uma Teoria Econômica Evolucionária possui.

Witt (2014) investiga se é possível pensar economicamente à luz da teoria evolucionária darwiniana. Esse não é um esforço novo, Veblen (1898) já tentara entender a economia de uma forma evolucionária. Este trabalho, também, destaca os estudos de Potts (2003) Metcalfe (1998), Lawson (2003) que buscam identificar características que uma Teoria Econômica Evolucionária possui.

Apresentam-se as modalidades de explicações causais de Witt (2014) que seguem uma abordagem naturalista. Estas modalidades estão baseadas no trabalho do etólogo² Tinbergen (1963), com referência à teoria evolucionária de Darwin. Segundo Witt (2014), tanto a abordagem naturalista, quanto a teoria evolucionária de Darwin são elementos que estão presentes na obra de Veblen, sendo assim, as modalidades de Witt (2014) são apropriadas para avaliar a teoria vebleniana. Apresentam-se, também, os trabalhos de Potts (2003), Metcalfe (1998) e Lawson (2003), pois existem semelhanças na abordagem de Witt (2014) com as desses dois autores que também buscam elementos que caracterizem uma teoria evolucionária.

² Etologia é a ciência que estuda o comportamento dos animais (ZUANON, 2007)

1.2 ONTOLOGIA EVOLUCIONÁRIA³

Os economistas evolucionários acreditam que a intervenção dos seres humanos e seus instintos morais de empatia e imaginação são fundamentais para explicar a causa das riquezas das nações, sua regeneração e evolução contínua. Uma análise mecanicista, feita pela economia tradicional não possui as ferramentas analíticas para fazer esse tipo de investigação. Porém, a tarefa de definir o que é a Economia Evolucionária não é nada fácil (DOPFER E POTTS, 2008).

Dopfer e Potts (2008) apontam que usualmente o ponto de partida para uma definição da Economia Evolucionária, em um primeiro momento, afasta-se da explicação e da formalização abstrata e concentra-se na realidade empírica da evolução econômica. Os autores propõem um novo ponto de partida, buscam criar um relato da realidade implícita da evolução econômica que forneça uma base para a estrutura analítica da Economia Evolucionária que irá ser construída.

A Economia Evolucionária moderna reúne diversas visões acerca do mundo, existe uma gama de diversas Teorias Econômicas Evolucionárias. Essas diversas teorias compõem um fluxo de concepções pré-ontológicas que dá origem a um tipo de turbulência metodológica que gera ramificações e escolas de pensamento mais facilmente do que promove a solidificação em uma estrutura unificada. A ontologia é necessária para organizar essas construções teóricas e revelar as suposições subjacentes sobre a realidade que podem fornecer um ponto firme sobre o qual as teorias possam se alicerçar (DOPFER E POTTS, 2004).

Dopfer e Potts (2008) caracterizam essa construção como uma ontologia e a nomeiam Realismo Evolucionário. Dopfer e Potts (2004) argumentam que para avançar na construção de uma Teoria Econômica Evolucionária é importante esclarecer as relações entre generalizações

³ Além da ontologia evolucionária existe a epistemologia evolucionária, que pode ser definida como uma tentativa de adicionar questão à teoria do conhecimento de ponto de vista evolucionário. Envolve modelos e metáforas extraídas da biologia evolucionária com o objetivo de resolver questões epistemológicas e contextuais. Associa-se a epistemologia evolucionária, também, a tentativa de entender como a biologia evolucionária procede através de modelos desenvolvidos a partir do entendimento de mudança conceitual e desenvolvimento de teorias. O termo epistemologia evolucionária apareceu pela primeira vez nos trabalhos de Donald Campbell, em 1974, embora o fundamento remeta a teoria de Darwin (BRADIE, 1998). Campbell (1993) define a epistemologia evolucionária como uma epistemologia que se relaciona com a cognição do homem e é compatível com o seu status de produto da evolução social e biológica. Para Campbell (1993), a evolução, mesmo a biológica, é um processo que envolve o conhecimento e o paradigma da seleção natural para o incremento do conhecimento pode ser generalizado para outras atividades epistêmicas, como o aprendizado, a reflexão e a ciência. A epistemologia evolucionária é descritiva e aborda, de uma forma analítica consistente, o conhecimento do homem. Muitos dos estudos contemporâneos no campo da epistemologia evolucionária derivam dos trabalhos de Konrad Lorenz, Donald Campbell, Karl Popper e Stephn Toulmin. Para maiores informações acerca do assunto, ver Davis, Hands e Mäki (1998).

empíricas e construções teóricas. Isso equivale ao desafio de tornar claros os compromissos ontológicos da Economia Evolucionária. Porém, um dos problemas enfrentados pela Economia Evolucionária é a falta de fundações ontológicas adequadas que forneçam orientações para a construção de uma teoria que explique o fenômeno da mudança. Todas as ciências requerem uma ontologia (DOPFER, 2013; DOPFER E POTTS, 2004).

Segundo Davis (1998), ontologia ou metafísica é um termo cunhado por Aristóteles que significa a investigação da natureza, estrutura e constituição da realidade. A ontologia também pode ser caracterizada como o estudo daquilo que existe. Dentro do campo de estudos da ontologia existe o realismo ontológico que é a visão de que o mundo é constituído de objetos reais que independem da nossa experiência. Esses objetos possuem propriedades e se relacionam independente do nosso entendimento.

Para Dopfer e Potts (2004) a tarefa essencial de uma ontologia prática, que desempenha um papel na construção da teoria, é tornar o status empírico da ontologia explícito e discutir os critérios de validação teórica. A ontologia guia a formação através da indução de dados empíricos para generalizações ontológicas. Estas irão apoiar os conceitos de análise a partir do qual as proposições teóricas são derivadas. A parte mais importante e difícil desse processo é passar de declarações empíricas particulares para generalizações ontológicas. Devido ao fato da ontologia lidar com toda a realidade, o conjunto potencial de generalizações é incrivelmente grande.

Para Dopfer e Potts (2008; 2004), uma ontologia é composta por afirmações científicas sobre a natureza fundamental da realidade. Declarações ontológicas são generalizações sobre a natureza da realidade, assim como as afirmações teóricas. A diferença reside no fato de que as generalizações ontológicas devem considerar toda a realidade, enquanto as generalizações teóricas referem-se apenas a um domínio ou assunto específico. Dopfer e Potts (2004) afirmam que antes de se construir uma Teoria Econômica Evolutiva é necessário determinar o que é ontologia evolutiva. Uma ontologia evolutiva tem a capacidade de fornecer proposições fundamentais sobre o que existe em uma evolução econômica (DOPFER E POTTS, 2008).

We would gladly leave ontology to the philosophers were it not for the overarching point made clear by Duhem and Quine, by Popper, Kuhn and Lakatos et al., that theory formation is crucially influenced by unquestioned preconceptions about the status of reality. The axio-deductive schemes employed in theory formation, associated with the notions of paradigm or a scientific research programme, comprises not only accepted views about methodological practice, but also a world view that is by its very nature ontological (DOPFER E POTTS, 2004, p. 200).

Em uma ontologia evolucionária existe heterogeneidade e mudança, sincronicamente há uma variedade de leis, regras, mecanismos e diacronicamente existe uma mudança nas pessoas

que se manifesta como novidades ou recombinações. A ontologia evolucionária concebe o sistema econômico como um complexo sistema de regras e a evolução econômica seria a mudança nesse conjunto de regras (DOPFER E POTTS, 2004).

Segundo Dopfer e Potts (2004) conceitos analíticos e de linguagem podem ser empregados em diversas teorias e disciplinas, porém precisam estar associados a uma ontologia específica. Os autores dão o exemplo das palavras “força” e “população” que são termos analíticos utilizados por várias abordagens teóricas e em diferentes domínios, porém eles carregam compromissos ontológicos, ou seja, possuem diferentes significados para as teorias que os empregam.

Ao adotar a perspectiva do Realismo Evolucionário é possível observar elementos que estão amplamente presentes nos sistemas econômicos, como a autocoordenação e a autotransformação; a regeneração contínua de novas ideias como um produto da imaginação criativa e iniciativa dos agentes. Também é possível observar com certa facilidade as transformações estruturais e turbulências (DOPFER E POTTS, 2008).

Dopfer e Potts (2008; 2004) e Dopfer (2013) propõem três axiomas ontológicos do Realismo Evolucionário: (1) bimodalidade; (2) associação e (3) processo. Antes de apresentar com mais detalhes os axiomas é importante esclarecer o que são axiomas ontológicos. Dopfer e Potts (2004) ressaltam que existe uma diferença metodológica de axiomas ontológicos para os axiomas matemáticos, embora ambos sejam usados na construção de teorias. Axioma deriva da palavra grega *axio* que significa valor, no sentido de digno, que não é questionado ou contestado. Na matemática o critério de valor são as convenções formais e analíticas; na ontologia o critério de valor é a verdade empírica geral, um critério que não tem nenhum significado matemático.

Os axiomas ontológicos da Economia Evolucionária se originam de generalizações empíricas indutivas de todo o domínio da ciência, não apenas do domínio econômico. O critério pelo qual eles serão avaliados é a sua justificativa empírica e a sua utilidade está na sua capacidade de representar as condições subjacentes à existência de fenômenos reais. Esses axiomas representam, juntos, a evolução do sistema econômico que pode ser observada através da continuidade de algumas entidades, do surgimento de novas e do desaparecimento de outras. Isso ainda está associado ao fato de que diferentes entidades possuem diferentes populações e cada entidade liga-se a outras de diferentes maneiras (DOPFER E POTTS, 2004; 2008).

Após o esclarecimento do que são os axiomas ontológicos, os autores partem para a explicação de cada um. Segundo Dopfer e Potts (2008), a bimodalidade relaciona-se com o fato de que para cada ideia pode existir muitas atualizações e a observação da população de

entidades⁴ econômicas é constituída no tempo (processo) e no espaço (associação). Para cada tecnologia pode haver muitas atualizações, o mesmo pode-se dizer das estratégias. Isso significa que, pela característica da bimodalidade, para uma regra podem existir muitos transmissores. A associação indica que há uma estrutura e todas as entidades são compostas por uma matriz de associação. O processo significa que o sistema econômico se localiza no tempo e todas as entidades possuem uma sequência temporal (DOPFER E POTTS, 2008).

In evolutionary realism, all *existences* are *bimodal associative processes*. The building blocks of economic reality are bimodal (many actualizations of an idea), associative (a structure of ideas), and processes (a product of ideas). Our three ontological axioms are in this sense abductions from what we know about empirical investigations and theoretical structures (DOPFER E POTTS, 2004, p. 2004).

Dopfer e Potts (2008) e Dopfer (2013) constroem os axiomas da seguinte forma:

Axioma 1: Todas as existências são atualizações de ideias, ou seja, todas as existências são atualizações físicas e de informações no tempo e espaço. Há bimodalidade, o que significa que a sua representação completa necessita tanto de um reconhecimento físico (matéria e energia), quanto não físico (informação);

Axioma 2: Todas as existências associam-se. As existências possuem uma propensão para se associar. Dadas as condições da estrutura, as associações aparecem;

Axioma 3: Todas as existências são processos. As estruturas se desdobram como processos. Existem processos repetitivos e não repetitivos. Nos processos repetitivos, as características da estrutura ou seus atributos funcionais são retidos (viabilidade); nos processos não repetitivos as características ou atributos não se repetem, eles mudam (capacidade de evoluir).

Para Dopfer e Potts (2008), o Axioma 1 indica que o universo econômico é composto de inúmeras ideias e cada uma delas possui uma população de atualizações (ou inovações). Isto é a bimodalidade, os autores caracterizam como bimodal a observação empírica da realidade ontológica fundamental. O Axioma 1 refere-se a conceitos de variedade, população e processo de seleção; é ele que molda a maneira que os mecanismos evolutivos estão inseridos na Teoria Econômica Evolutiva (DOPFER E POTTS, 2004)

O sistema econômico será formado pela associação dessas ideias (Axioma 2) e pelo processo que constituem essas estruturas de ideias (Axioma 3). Ele é composto de entidades específicas que se conectam de formas específicas e esta estrutura de processo possui uma

⁴ Dopfer e Potts (2004; 2008), Witt (2014), Metcalfe (1998) e Lawson (2003) utilizam os termos entidades e existências para representar os organismos de forma geral, como, indivíduos, firmas, plantas e animais. Isso permite que a ontologia evolucionária bem como as características de uma teoria evolucionária possa ser aplicada em diversas áreas da ciência.

continuidade no tempo. Uma característica importante é que esse universo é aberto, novas entidades podem entrar nesse universo, novas associações podem ser feitas e novos processos podem acontecer. O Axioma 2 relaciona-se com os conceitos de estrutura e informação, já o Axioma 3 associa-se com a noção de processos históricos de sistemas abertos⁵ e de que todas as existências evolutivas são sistemas criativos e dissipativos (DOPFER E POTTS, 2008; 2004).

Segundo Dopfer e Potts (2004), o Axioma 3 estabelece que todas as atualizações acontecem como processo de tempo e espaço. Dadas as propensões de variação e mudança, o processo que se desdobra ocupa um espaço na história e no tempo. O Axioma 3 fornece a base ontológica necessária para as noções analíticas de continuidade e descontinuidade.

A realidade evolutiva é composta por populações e estruturas de atualização de ideias, ou seja, estrutura de processos, que mudam ao longo do tempo. Através do Realismo Evolucionário tem-se uma ontologia geral que pode ser aplicada em todos os tipos de evolução, biológica, imunológica, psicológica, social, econômica, cultural ou política. O valor dessa concepção ontológica é esclarecer tanto os pontos analíticos comuns entre as ciências, quanto ressaltar suas diferenças (DOPFER E POTTS, 2008). Para os autores, todos os processos evolutivos envolvem a bimodalidade de uma ideia e muitas atualizações. Isso permite que os conceitos analíticos de variação e seleção sejam aplicados geralmente em diferentes domínios, não apenas na biologia, mas nos sistemas imunológicos, sistemas econômicos, sistemas culturais entre outros.

Da mesma forma, todos os processos evolutivos envolvem associação entre ideias. Devido a isso, ao falar de evolução precisa-se considerar o conhecimento e estrutura como propriedade dos organismos e sistemas sociais similares. Toda a evolução envolve processo que a torna historicamente dependente. A discussão analítica sobre como um sistema econômico muda necessariamente envolve a mudança na frequência de introdução de ideias e, também, na mudança na estrutura das ideias. Um sistema cultural ou econômico é tanto processo histórico, quanto a evolução biológica (DOPFER E POTTS, 2008; 2004).

Após a definição da ontologia evolucionária, parte-se para a construção das características fundamentais da Teoria Econômica Evolucionária que estejam em conformidade com a ontologia evolucionária. Alguns autores empreenderam esse esforço e aqui nesse

⁵ Cerqueira (2002) apresenta a definição de sistemas abertos. São caracterizados por realizarem a troca de matéria, energia e informação com o ambiente, ao contrário dos sistemas fechados, que não realizam qualquer tipo de troca com o ambiente. Os sistemas abertos proporcionam propriedades e comportamentos diversos, não se movem em direção a nenhum equilíbrio, mas sim à estados estacionários (steady states). Já os sistemas fechados tendem sempre a um estado de equilíbrio.

trabalho serão apresentados quatro: Witt (2014), Potts (2003), Metcalfe (1998), Lawson (2003). Primeiramente apresenta-se as ideias de Witt.

1.3 MODALIDADES DE EXPLICAÇÕES CAUSAIS DE WITT

Ulrich Witt⁶ é professor honorífico no Departamento de Economia na Universidade de Jena, Alemanha. Ulrich Witt também é o diretor e o fundador do grupo de Economia Evolucionária no Instituto Max Planck (MAX PLANCK INSTITUT, 2016). Como mencionado, Witt (2014) utiliza modalidades de explicações causais que estão alicerçadas no trabalho de Tinbergen (1963). Segundo Witt (2014), as categorias de Tinbergen (1963) podem ser usadas para explicar as influências culturais na evolução, sem afetar a sua relevância. Inicialmente, Tinbergen (1963 apud Witt, 2014) usou as modalidades para analisar o comportamento animal, mas a sua aplicação foi disseminada para outras disciplinas. Witt (2014), com algumas modificações, usou as modalidades de Tinbergen (1963) para a construção da análise evolucionária na Economia.

Tinbergen (1963 apud Witt, 2014) apresenta quatro tipos de explicações causais as quais considerava essenciais para a biologia evolutiva. Para tratar da Economia evolutiva, Witt (2014) utilizou as três primeiras explicações causais. Witt (2014) apresenta essas explicações na forma de categorias, a seguir:

- (i) Explicação aproximada de como a característica atua;
- (ii) Explicações finais da função da característica e o seu valor adaptativo para a sobrevivência e aptidão reprodutiva do organismo;
- (iii) Explicações sobre a descendência da característica (isto é, como ela evoluiu durante a filogenia⁷);

⁶ Stoelhorst (2008) apresenta uma crítica em relação a proposta ontológica defendida por Witt a qual chama de ontological continuity. Para Stoelhorst (2008) essa proposta ontológica contrasta com o Darwinismo generalizado, defendido por ele, Hodgson, Knudsen e outros autores. Darwinismo generalizado defende que a evolução dos sistemas complexos e abertos precisa ser entendida nos termos da lógica que Darwin usou para explicar a evolução biológica. Witt (1999; 2003 apud Stoelhorst, 2008) criou o termo ontological continuity que engloba a ideia de que os genes humanos são substratos pelos quais a evolução cultural e econômica se desenvolve. Para Stoelhorst (2008), essa ideia é compatível com o Darwinismo generalizado, porém ela está vinculada a uma rejeição do argumento de que o Darwinismo generalizado pode explicar a evolução cultural. Os defensores da ontological continuity acreditam que o Darwinismo generalizado é um exercício que leva apenas à construção de analogias enganosas que ofuscam os mecanismos reais da evolução cultural e do desenvolvimento econômico. Stoelhorst (2008) argumenta que a ontological continuity é ainda uma afirmação descritiva que carece de uma lógica causal explícita. Em oposição o Darwinismo generalizado aplica explicitamente uma lógica explicativa para tratar da causalidade cumulativa.

⁷ Uma explicação do tipo filogênica é aquela que entende o desenvolvimento de uma característica específica através do seu desenvolvimento na linhagem humana (BRADIE, 1998).

(iv) Explicação de como a característica se desenvolveu ao longo do ciclo de vida do organismo (ontogenia⁸).

O esquema construído por Tinbergen (1963 apud Witt, 2014) entende a evolução de uma forma darwiniana e é amplamente aceito nas ciências biológicas. Witt (2014) propõe usar esse aporte teórico, com algumas adaptações, para tratar das características da Economia Evolucionária. Isso possibilitaria a resolução de duas questões. A primeira é como a Economia Evolucionária é diferente da Economia não evolucionária. A segunda questão relaciona-se com a existência ou não de uma teoria comum dentro da heterogeneidade conceitual e temática da Economia Evolucionária (WITT, 2014).

Segundo Witt (2014), a economia evolucionária e a economia tradicional compartilham interesses próximos em explicações do tipo (i), porém isso não significa que elas possuem as mesmas hipóteses explicativas. Para responder por que e como os mecanismos evoluíram são necessários diferentes tipos de explicações causais. Essas explicações também são necessárias para se entender como é possível que em diferentes épocas e lugares, mecanismo diferentes que servem para propósitos semelhantes evoluíram. Nesse ponto, a economia evolucionária se afasta da economia tradicional (WITT, 2014).

As categorias (ii) e (iii) de Tinberg (1963), apontam, respectivamente, o porquê algo evolui e como algo evoluiu. Essas duas explicações são do tipo final (ii) e de filogenia (iii). Nas ciências biológicas, esses dois tipos de explicações estão alicerçados na teoria evolutiva darwiniana, porém destacam aspectos diferentes da descendência com variação. Elas possuem amplo poder de explicação e valor para a biologia, isso deve-se à importância primordial que a força modeladora da seleção natural possui no longo prazo (WITT, 2014). Segundo Witt (2014), a seleção natural desempenha um papel menos significativo nos domínios em que teoria evolutiva de Darwin é empregada para explicar as influências culturais. Para o domínio econômico, a seleção natural é relevante, porém em um sentido especial e limitado.

Isso está relacionado, segundo Witt (2014), com o fato do comportamento humano não depender apenas de propensões inatas. Os seres humanos são capazes de aprendizagem por observação, inferência, inventividade e intencionalidade e, também, podem possuir disposições comportamentais culturalmente condicionadas. Estas disposições comportamentais são moldadas por processos adaptativos próprios, que ocorrem, frequentemente, em escalas de tempo mais curtas do que a seleção natural. O critério adaptativo que impera nesses processos é estabelecido pelo que os agentes seguem ao fazer as suas escolhas levando em consideração

⁸ As explicações de ontogenia são aquelas em que o desenvolvimento de uma característica é visto através de seu desenvolvimento em um organismo individual (BRADIE, 1998)

as preferências inatas, as preferências aprendidas e as intenções cognitivamente construídas. Esses critérios de adaptação não necessariamente melhora a aptidão do indivíduo em termos de sobrevivência e reprodução, sua influência é maior quanto mais fraca é a pressão de seleção em nível da espécie (WITT, 2014).

Para Witt (2014), as explicações finais (tipo ii) são mais complexas e menos usadas na Ciência Econômica do que na Biologia. A Biologia e a Economia também diferem com relação ao tipo (iii) de explicações. Os critérios que são culturalmente condicionados de adaptação aumentam a complexidade da análise econômica em relação à biológica.

Where the criterion of reproductive fitness plays little part (except via the inherited dispositions of human behavior), the learned preferences and more or less idiosyncratic intentions and ideas of agents take over as criteria of adaption (WITT, 2014, p. 9).

Witt (2014) acredita que as explicações do tipo (ii) e (iii) acrescentam conteúdo e ampliam o alcance da análise econômica. A reconstrução do modo que os mecanismos que podemos observar hoje evoluíram revela características importantes do funcionamento desses mecanismos, aumentando o grau de compreensão. Para Witt (2014) a conexão com a teoria evolutiva é estabelecida quando os antecedentes históricos de um tópico são significativos para o seu pleno entendimento. E isso é atingido quando as explicações do tipo (ii) e (iii) são incorporadas à análise. Elas mudam a proposição (i) abrindo a perspectiva de explicação baseada em encadeamentos mais longos e ricos em detalhes.

Segundo Witt (2014), a análise das instituições é um bom exemplo para a explicação da Economia Evolucionária. Para o autor, a noção de instituições é um dos conceitos mais ambíguos nas ciências, a variedade de fenômenos associados é enorme. As instituições mudam e as circunstâncias que levam a isso também mudam.

As modalidades de análise evolutiva de Witt (2014) implicam uma condição em que a base da análise evolutiva se distingue da análise não evolutiva, identificando dois paradigmas da Ciência Econômica. A condição para a teoria ser evolutiva é que o tipo de causalidade (ii) e/ou o tipo (iii) estejam incluídos na análise juntamente com os tipos de explicação (i). Isso possibilita uma análise do processo histórico evolutivo pelo qual o objeto passou, o que fornece uma maior compreensão do que está sendo investigado.

As modalidades de Witt (2014) estão de acordo com o Realismo Evolucionário, apresentado na seção anterior, pois seguem os três axiomas. As modalidades (ii) e (iii) possuem um caráter de bimodalidade, ou seja, elas podem apresentar as características de forma que sejam tanto matéria, quanto informação. As duas modalidades, (ii) e (iii), indicam um caráter de processo, isso evidencia a presença do Axioma 3 do Realismo Evolucionário. Witt (2014)

não deixa claro a existência de associação, porém suas modalidades propõem uma forma de “pensar evolucionária”. A modalidade (ii) trata do valor adaptativo de uma característica para o organismo, o que deixa em aberto a possibilidade de haver associação entre características. A próxima seção apresenta as ideias de Potts (2003) acerca das características que uma Teoria Econômica Evolucionária necessita ter.

1.4 A IDEIA DE EVOLUÇÃO DE POTTS (2003)

Jason Potts é professor no Departamento de Economia da *Royal Melbourne Institute of Technology* na Austrália (RMIT, 2016). Com a publicação da *Origem das Espécies* (1859) de Charles Darwin houve uma redefinição da compreensão do mundo científico sobre a origem da vida, estrutura da natureza e a relação entre a existência dos seres humanos e o mundo atual. Esse livro possui uma importância para o mundo moderno que extrapola os limites da biologia (POTTS, 2003). Para Potts (2003) a essência da *Origem das Espécies* estava no fato de que a variedade e o *design* aparente da natureza eram resultados de três mecanismos abstratos: a seleção, a variação e a replicação, que são responsáveis pela condução de um processo contínuo de mudança.

Segundo Potts (2003) a ideia central de Darwin é que os três mecanismos são responsáveis por processos contínuos de mudanças adaptativas. Essa é a ideia central tanto da biologia evolucionária, quanto da Economia Evolucionária.

Potts (2003) define a Economia Evolucionária como uma abordagem científica nova de análise econômica que se relaciona com a Biologia Evolucionária, mas não é a simples incorporação de termos biológicos. Para Potts (2003), a Economia Evolucionária é “an essential insight into the relation between evolutionary theory, economic theory and liberalism” (Potts, 2003, p.2). A Economia Evolucionária aborda como acontece o crescimento do conhecimento, portanto a Economia Evolucionária é o estudo dos mecanismos pelos quais esse crescimento acontece.

O processo evolucionário se dá através de três mecanismos. Começa com uma variação de soluções candidatas a um problema, em seguida define-se um mecanismo de seleção para testar essas soluções contra o problema original e avaliar como, quanto e quão bem eles o resolvem. Na sequência, eliminam-se as soluções ruins, ou seja, aquelas que não proporcionaram atingir uma boa resolução para o problema, e replicam-se aquelas que forneceram as melhores soluções (POTTS, 2003).

Potts (2003) afirma que a seleção e a replicação produzem convergência estatística de um conjunto de boas soluções, porém são limitados pelo conjunto de candidatos. Não refletem necessariamente a melhor solução. Ao adicionar a variação, o processo evolucionário apresenta as condições mínimas necessárias para existir. O mecanismo da variação modifica as soluções boas, que foram selecionadas anteriormente, de uma forma aleatória e gera novos candidatos a soluções. Ao fim de um processo, outro se inicia em seguida, formando um ciclo.

Em síntese, Potts (2003) descreve que o processo evolucionário se inicia pela seleção através de testes que relacionam as soluções com os problemas, onde as melhores soluções serão selecionadas. Em seguida, acontece a replicação, onde as soluções selecionadas são transmitidas e os problemas são solucionados. Para completar o processo, há a variação que gera novas soluções e, conseqüentemente, novos problemas. Nas palavras de Potts (2003):

Note that this definition of evolution does not turn on what is actually evolving beyond reference to ongoing solutions to ongoing problems. This is how it is in biology (the concept of an analytic gene), and also in economics (the concept of a rule) (POTTS, 2003, p. 5).

Segundo Potts (2003), os três mecanismos apresentados provocam muitas discussões e debates dentro da teoria evolucionária. Especificamente, na Economia Evolucionária existem várias unidades nas quais esses mecanismos podem atuar. Como exemplos dessas unidades, Potts (2003) cita as *commodities* no mercado ou suas características, as preferências dos agentes, as habilidades e as rotinas dos agentes, as competências e capacidades das empresas ou das indústrias, das tecnologias e instituições. Esses são exemplos de estruturas de conhecimento, são essas estruturas que compõe o sistema econômico e é o conhecimento⁹ que evolui.

Os mecanismos evolutivos operam com sistemas de regras, as instituições, para produzir o crescimento do processo de conhecimento, ou seja, a evolução econômica. É o crescimento do conhecimento que compõe a base da riqueza das nações (Potts, 2003).

Para Potts (2003) a Teoria Econômica Evolucionária possui três características principais: a seleção, a variação e a replicação. Inicia-se através da seleção de soluções para um determinado problema; as soluções que forem selecionadas como as melhores serão replicadas e transmitidas e, por fim, a variação entra para gerar novas soluções e novos problemas. Isso garante a continuidade do processo evolutivo. Em Potts (2003) também é possível observar a presença dos axiomas do Realismo Evolucionário. Há a existência de um processo, que contém

⁹ Potts (2003) trata o capital, o trabalho e o dinheiro como conhecimento. O capital é o conhecimento na forma operacional, o trabalho é a manifestação do conhecimento de uma forma ativa, o dinheiro é uma reserva de valor, um conhecimento potencial não especificado. O conhecimento é o protagonista da seleção, variação e replicação.

e pode gerar mudanças físicas, informacionais ou ambas. Nesse processo as características podem se associar gerando mutações ou variações.

A próxima seção apresenta a uma aplicação das ideias evolutivas para analisar os fenômenos econômicos feita por Metcalfe (1998). Metcalfe (1998) vai mais além do que foi proposto por Potts (2003).

1.5 A APLICAÇÃO DA TEORIA EVOLUTIVA DARWINIANA NOS FENÔMENOS ECONÔMICOS DE METCALFE (1998)

John Stanley Metcalfe é professor de Política Econômica na Universidade de Manchester, foi presidente da *International Joseph Schumpeter Society* (1998-2000) e é membro emérito do *Manchester Institute of Innovation Research*. Suas pesquisas têm como tema as questões de inovação, mudança tecnológica e suas consequências político-econômicas (MANCHESTER, 2016; METCALFE, 1998). Metcalfe (1998) apresenta a lógica evolucionária e a aplica para tratar dos fenômenos relacionados à concorrência entre firmas. O autor esclarece que a evolução pode acontecer em outros âmbitos, além do biológico, a teoria evolucionária é independente das ciências biológicas, embora seu uso mais amplamente divulgado seja na Biologia. Com base na afirmativa de que outros domínios fornecem condições para o processo evolucionário, Metcalfe (1998) inicia a sua aplicação na Ciência Econômica.

A economia oferece uma ampla base para a utilização dos conceitos evolucionários. A evolução econômica é um processo muito mais rápido em relação aos processos naturais e isso - combinado com o fato do comportamento econômico ser intencional, dependente da antecipação, que se alimenta da memória dos agentes - cria uma base poderosa para a geração de variedades comportamentais (METCALFE, 1998).

Segundo Metcalfe (1998), a ideia de individualidade é essencial e uma abordagem evolucionária conta com os erros, as ignorâncias e as falsas esperanças dos indivíduos, pois são fontes de variedade. As suas crenças dependem das experiências passadas o que possibilita o nascimento de uma dependência da trajetória nos processos econômicos. A dependência da trajetória assemelha-se as modalidades (ii) e (iii) de Witt (2014), pois engloba a mesma ideia de descendência e do como tal característica se desenvolveu e, também, traz a ideia exposta pelo Axioma 3 do Realismo Evolucionário, todas as existências são oriundas de processos.

Para Metcalfe (1998), a aplicação das ideias evolucionárias para explicar fenômenos econômicos possibilita um maior entendimento de conceitos como aptidão, adaptação e unidade de seleção. Porém, isso não significa que a evolução econômica seja o mesmo que a evolução darwiniana, as duas não são sinônimos.

Metcalfe (1998) define um argumento evolucionário como aquele que explica os padrões de mudança de coexistências de certos tipos de entidades. O ponto fundamental da evolução relaciona-se com as mudanças na frequência dos padrões de competição comportamentais. Todos os comportamentos são significantes e merecem atenção, mas nem todos os comportamentos são duráveis. Para responder quais comportamentos são duráveis, Metcalfe (1998) acredita ser preciso dar atenção para a variedade comportamental, como essa variedade é medida e como essa variedade se relaciona com os padrões de mudança estrutural.

Um argumento evolucionário que está baseado no processo de seleção, para Metcalfe (1998), concentra-se em explicar como a importância relativa das entidades específicas muda ao longo do tempo e o porquê algumas são eliminadas e outras sobrevivem. A preocupação da análise concentra-se em dois fenômenos. O primeiro é a viabilidade e o segundo é o crescimento diferencial das entidades aos quais comparações significativas podem ser feitas.

Para Metcalfe (1998), existem três princípios que são fundamentais e amplamente associados ao processo evolucionário: o princípio da variação, o princípio da hereditariedade e o princípio da seleção. A variação entende que os membros de uma população relevante variam no que diz respeito a pelo menos uma característica que possui significado seletivo. A hereditariedade, que afirma que existem mecanismos que “copiam” as características dos seres vivos para garantir sua continuidade através do tempo. O princípio da seleção assegura que algumas características das entidades estão melhor adaptadas que outras e exercem pressão evolucionária, o que, conseqüentemente, aumenta suas aparições em comparação com as características menos adaptadas.

A seleção necessita da presença de um elemento de inércia que retém as variedades que estão em competição por tempo suficiente para que sejam selecionados. Se as entidades fossem perfeitamente e facilmente adaptáveis e se seus comportamentos fossem uniformemente moldados pelo ambiente, não haveria espaço para a seleção (METCALFE, 1998). Para o autor, nas esferas econômicas e sociais existem múltiplas fontes de inércia que detêm as firmas ou os consumidores a responder imediatamente aos estímulos do mercado.

Somado a isso, segundo Metcalfe (1998), está o fato de que as entidades interagem em um ambiente onde as vantagens de crescimento diferencial de qualquer entidade depende das características das entidades rivais e das especificações do ambiente. A mudança evolucionária

envolve as ideias de interação e coordenação, as quais Metcalfe (1998) acredita que possuam a capacidade de apoio mútuo.

Para Metcalfe (1998) a característica mais importante é que os argumentos evolucionários estão preocupados com padrões de mudança não apenas nas próprias entidades, mas em termos da importância relativa destes na população. Isso se relaciona com o Axioma 1, bimodalidade, do realismo evolucionário, onde a mudança ocorre tanto no âmbito físico da matéria, mudança das entidades, quanto no âmbito da não físico, sua importância relativa para a população que relaciona-se com o comportamento das entidades. O autor foca sua argumentação nos processos de mudanças estruturais, ao invés da geração de mudança nos comportamentos das entidades competitivas.

Para a realização do processo evolucionário é importante, segundo Metcalfe (1998), a demarcação dos critérios de pertencimento da população e de definição da unidade de seleção. Primeiramente o autor diferencia o que é pensamento populacional e pensamento tipológico. O pensamento tipológico preocupa-se com os tipos ideias em que as entidades são consideradas fixas e identificáveis através de um número limitado de características definidoras, que constituem a essência da entidade. Contrastando com essa visão, o pensamento populacional concentra-se na variedade de características dentro da população. A variedade não é um incômodo, pelo contrário, é um pré-requisito para a mudança evolucionária (METCALFE, 1998). Metcalfe (1998) usa o pensamento populacional para definir o que é uma população.

Para Metcalfe (1998), a população é o agregado de indivíduos e atribui-se a esses indivíduos características específicas que os incluam na população. Os membros devem ter características em comum, mas eles devem ser diferentes o suficiente para que a seleção possa ser possível. Uma população evolucionária não pode possuir indivíduos ou entidades idênticas. O que realmente importará na definição dos membros da população, não será as suas características em si, mas se eles estão submetidos ao mesmo ambiente e pressão seletiva.

Isso, segundo Metcalfe (1998), proporciona que as entidades competirão umas com as outras e ainda sim serão interdependentes pelo fato de sofrerem a mesma pressão seletiva. Ou seja, as entidades possuem a propriedade de associação, o que se identifica com o Axioma 2 do realismo evolucionário, exposto anteriormente. Essa característica identificaria a qual população as entidades pertencem e, também, a característica que possui significado seletivo ou ainda propensão a ser selecionada.

On this view there is surely nothing amiss in seeing the same entity as being a member of more than one population if, with respect to one group of entities, its faces a different set of pressure. Similar, entities, which appear to be radically different in their characteristics can, still compete within the same population. All this means that the entities are classified no by their attribute but by the fact of their competing in

common environments; they are members of the same population by virtue of being subject to the same selective force (METCALFE, 1998, p. 26).

Pela definição da unidade de seleção, pode-se encontrar a característica que determina a vantagem ou desvantagem na seleção. Como Metcalfe (1998) estava construindo sua argumentação para tratar das firmas, ele sugere que a unidade de seleção apropriada é o complexo organizacional tecnológico, um conjunto de instituições que transforma *inputs* em *outputs* para um propósito. Esse complexo é formado por um conjunto de rotinas que guiam os comportamentos e que constituem coletivamente o conhecimento base dessas atividades. Metcalfe (1998) dá o nome a esses complexos de unidades de negócios. Cada unidade de negócios possui sua própria tecnologia, “*design*” organizacional e rotinas que juntamente sustentam as características do produto e o método de produção. É a combinação do produto com o método produtivo que é diretamente selecionado, conseqüentemente é a atividade da unidade de negócios que é selecionada indiretamente.

Metcalfe (1998) aponta uma outra característica da Teoria Evolutiva: a adaptação. Para o autor, esse tópico tem gerado muitas controvérsias na biologia evolucionária em parte pela tautologia equivocada associada com a frase “sobrevivência do mais adaptado”. Para Metcalfe (1998) a adaptação associa-se com a mudança na frequência relativa, no âmbito das firmas, essa mudança será na frequência relativa das atividades das unidades de negócios.

Essa definição implica três diferentes tipos de mudanças nas atividades: inovação, adoção/imitação e difusão. As duas primeiras são processos de mudanças nas atividades da unidade de negócios, já a última é um processo que muda a frequência competitiva da unidade de negócios.

A inovação está associada com a introdução de novos tipos de comportamentos na população através do surgimento de novas unidades de negócio ou por intermédio das unidades de negócios existentes. No caso das firmas, a consequência é a mudança nas suas atividades ou a introdução de um novo ou modificado produto ou processo (METCALFE, 1998).

A inovação relaciona-se com as unidades de negócios individuais, já a difusão é um fenômeno populacional da propagação das diferentes atividades das unidades de negócios rivais. A difusão é uma questão de crescimento diferencial e sobrevivência que está conectada com o investimento de longo prazo nas rotinas e na alocação de recursos. Será esse tipo de dinâmica que sofrerá a seleção (METCALFE, 1998).

Entre essas duas categorias de mudanças, está a adoção ou imitação que pode ser tanto a mudança no comportamento das unidades de negócios, quanto um fenômeno populacional. A imitação envolve a cópia de rotinas ou equipamentos para aprimorar os processos ou a

incorporação de características no produto (METCALFE, 1998). Em suma, para o autor, a difusão é um processo que muda a frequência relativa de competição das atividades, já a inovação e imitação/adoção são processos que mudam essas atividades de alguma maneira. A imitação envolve, ainda, a comparação entre tipos de comportamentos e isto se relaciona com a discussão evolucionária da transmissão cultural de padrões comportamentais. No caso de Metcalfe (1998), essa transmissão ocorre no âmbito das firmas.

Dessa forma, Metcalfe (1998) define a adaptação econômica como uma medida das diferentes tendências competitivas das unidades de negócios, que visa a expansão e que são um resultado conjunto de efeitos do ambiente onde estão inseridas e dos traços comportamentais.

Metcalfe (1998) salienta a existência de dois elementos no processo de adaptação: os replicadores e interadores. Esses dois conceitos relacionam-se com a unidade de seleção. A função dos replicadores é a cópia de elementos que apoiam os comportamentos. No contexto da firma, a replicação é a capacidade da unidade de negócios exercer suas atividades em sequências de produção e de outras operações, enquanto que a estrutura que é passada é o conjunto de rotinas e práticas, formais e informais, codificadas e tácitas, que definem a operação da unidade de negócios. A unidade de negócios não é apenas uma unidade de seleção, mas uma unidade de seleção com propriedades de replicação.

Para Metcalfe (1998) no processo de seleção com replicação não significa que não existam mudanças através do tempo nas capacidades da unidade de negócios. A replicação não será, necessariamente, sempre perfeita e são esperados erros. Alguns erros podem ser favoráveis e deles derivarem rotinas que beneficiem o processo de transformação, outros erros podem não ser favoráveis para a firma e o esperado é que eles não se repitam. Metcalfe (1998) afirma que essa discussão está relacionada com a noção de hereditariedade, que é a correlação próxima entre parentes e gerações de descendentes. Sem a hereditariedade não se tem a evolução. No âmbito das unidades de negócios, os seus comportamentos devem estar correlacionados em todas as sequências de produção, as suas capacidades vigentes devem estar correlacionadas com as capacidades do passado, não são necessariamente idênticas, mas são próximas.

Um interador, segundo Metcalfe (1998), é uma entidade que interage de forma coerciva e através do ambiente, o interador faz com que o processo de replicação não seja exatamente igual. Isso permite a presença da variação em um processo que venha a seguir. A interação é feita pelas unidades de negócios associadas com as atividades particulares, ou seja, os produtos produzidos ou os métodos empregados em sua produção.

A classificação e a seleção também são elementos que atuam juntamente com o processo de adaptação. Um processo de classificação é aquele os membros de uma população sofrem um

crescimento diferencial em que essa população está cada vez mais ligada ao crescimento das entidades. Já a seleção é um processo mais complexo. Na seleção o processo de crescimento das taxas de diferentes entidades é mutuamente determinado pela interação entre os membros da população em um dado ambiente. A determinação mútua é a chave para a adaptação. A adaptação de qualquer entidade é função não apenas de suas características de comportamento, mas das características de comportamento de todos os membros rivais da população (METCALFE, 1998).

Para Metcalfe (1998), a adaptação não é uma propriedade variável, mas sim uma disposição à variação. A adaptação não é um atributo de algum ser ou de alguma coisa, é uma consequência do processo de variação e seleção. Para o caso das firmas, Metcalfe (1998) afirma que a adaptação econômica significa taxas de expansão de atividades e taxas de crescimento que são causadas pela interação entre as unidades de negócios que competem por clientes e fatores de produção em uma população definida por pressões comuns do mercado. As unidades de seleção são os processos em transformação (tecnológicos, organizacionais e rotinas) que identificam as unidades de negócios individuais. O comportamento dessas unidades envolve replicação e interação (METCALFE, 1998).

Metcalfe (1998) afirma que para uma entidade estar adaptada ela precisa possuir a propriedade da aptidão, ou seja, uma relação viável com as demandas do ambiente. Em contraste, a adaptabilidade relaciona-se com a capacidade de se ajustar às mudanças nas circunstâncias. Metcalfe (1998, apud Toulmin, 1981) aponta três mecanismos básicos pelos quais uma entidade pode se tornar melhor adaptada nas ciências sociais. O primeiro é através de cálculos, ou seja, respostas intencionais às circunstâncias percebidas. Em segundo lugar, tem-se o homeostático que segue sequências de regras específicas com relação ao comportamento alvo. O terceiro é o desenvolvimento, que está relacionado com o acumulado desdobramento de novos padrões de comportamentos dentro de um conjunto específico de restrições. Cada um desses mecanismos constitui uma maneira viável de adaptação e, também, constroem mecanismos múltiplos de delineamento e modificação comportamental.

Para Metcalfe (1998), a adaptação deve ser diferencial. O argumento evolucionário seria inválido se todas as unidades de seleção adaptassem o seu comportamento de uma maneira idêntica em resposta aos sinais apropriados. Teríamos, assim, agentes uniformes e não teríamos variedade e nem uma nova seleção.

Metcalfe (1998) aplica a lógica evolucionária darwiniana para tratar dos fenômenos econômicos no âmbito da concorrência entre firmas. Metcalfe (1998) está em conformidade com o Realismo Evolucionário de Dopfer e Potts (2004; 2008) e Dopfer (2013), pois se

identifica na sua argumentação a presença dos três axiomas ontológicos, como foi exposto anteriormente.

A adaptação é uma característica de suma importância para Metcalfe (1998). Pode-se afirmar que para o autor as características fundamentais para que exista um processo evolucionário são: a variação, a hereditariedade, a seleção e a adaptação. Metcalfe (1998) acrescenta a adaptação aos princípios que são amplamente considerados fundamentais para o processo evolucionário. A próxima seção apresenta as ideias de Lawson (2003) sobre a Teoria Econômica Evolucionária.

1.6 A PROPOSTA DE ECONOMIA EVOLUCIONÁRIA DE LAWSON (2003)

Lawson (2003) apresenta uma preocupação semelhante à de Dopfer e Potts (2004: 2008) sobre a falta de discussões ontológicas no que tange a Economia Evolucionária. O autor defende que a Economia Evolutiva não é uma abordagem universal para a Ciência Econômica, mas sim um método de análise eficiente em determinados casos.

Rather my thesis is simply that the social world is such that certain social phenomena *can* result from evolutionary processes of this sort, specifically from processes that manifest evolutionary natural selection aspects. Where this is so, an evolutionary explanation of the type in question, in part at least, is clearly called for. But this particular socioevolutionary model ought not to be universalized *a priori*. Even Darwin thought that natural selection was but one mechanism amongst many regulating life on earth, albeit, in his view, the most important one (Lawson, 2003, p. 112).

Para Lawson (2003) a relevância de seu modelo evolutivo, como de todos os métodos e princípios epistemológicos evolutivos, só pode ser determinado *a posteriori*. O modelo de Lawson (2003) é uma proposta de análise dos fenômenos sociais¹⁰. Uma crítica que o autor apresenta é o fato que nem sempre os teóricos da Economia Evolucionária se debruçam sobre a discussão de que os modelos com inspiração biológica devem ser úteis para a análise social.

¹⁰ Lawson (2003) entende os fenômenos sociais através da sua teoria da ontologia social. A ontologia ou realidade social e o domínio que trata de todos os fenômenos cuja existência depende, pelo menos em parte, dos seres humanos. Inclui itens como as relações sociais, que se fundamentam nos indivíduos, e também nas suas relações com objetos, como por exemplo, a tecnologia. A tecnologia é tratada por Lawson (2003) como o domínio de fenômenos com teor material, mas que possui forma social. A realidade social depende da agência humana transformadora, portanto possui um estado de ser intrinsecamente dinâmico ou processual. Para Lawson (2003), a realidade social está relacionada internamente, é um sistema orgânico. O domínio social também possui estrutura, não pode ser reduzido as práticas humanas, inclui estruturas subjacentes e processos.

A primeira característica apresentada por Lawson (2003) para uma Teoria Econômica Evolucionária é a determinação de uma população de indivíduos e os aspectos do ambiente em que estão inseridos. A existência de variedade nessa população é a segunda característica exposta pelo autor. Os indivíduos da população possuem características que são essenciais para a sua classificação como membros da população e, também, características que os diferenciam dentro dessa. Esses dois pontos se assemelham a Metcalfe (1998).

Uma terceira característica essencial é a existência de um mecanismo de reprodução (replicação ou hereditariedade). A reprodução traz a ideia de linhagem, uma sequência espaço-temporal onde as entidades posteriores são descendentes e causalmente produzidas pelas anteriores (LAWSON, 2003).

Especificar um mecanismo através do qual ocorre a interação entre os indivíduos e o ambiente é a quarta característica de uma Economia Evolucionária apresentada por Lawson (2003). Este será o mecanismo pelo qual os membros da população que possuem certas características específicas serão selecionados. Lawson (2003) usa o termo interadores para se referir as entidades que proporcionam a interação entre o ambiente e os indivíduos e replicadores como os mecanismos responsáveis pela reprodução ou replicação de determinada característica. A replicação sozinha é insuficiente para explicar a prevalência de determinadas características, a interação do organismo com o ambiente é uma característica essencial do processo evolutivo¹¹ (LAWSON, 2003).

Metcalfe (1998) também apresenta essa ideia da existência de mecanismos responsáveis pela replicação e interação, os replicadores e interadores. Na versão de Metcalfe (1998), como foi exposto na seção anterior, o replicador fará a cópia das características que foram selecionadas e os interadores fazem com que essa cópia não seja perfeita, preservando a variedade.

A quinta característica que Lawson (2003) apresenta é a presença de um certo grau de independência entre os processos pelos quais as características variadas são produzidas e a maneira que o mecanismo de seleção presente no ambiente atua. Esse grau de independência é essencial para o modelo de Lawson (2003) e explica o aspecto de adaptação.

¹¹ Lawson (2003) utiliza a ideia de replicadores e interadores de David Hull. Hull (1980) introduz a ideia de que no processo de seleção existe a presença de entidades replicadoras e interadoras. Os replicadores, como o próprio nome já indica, são entidades que atuam na replicação de características. Já os interadores são entidades que interagem diretamente com o ambiente de forma que a replicação seja diferencial, isto é, imperfeita.

Lawson (2003) denomina seu modelo de PVRS (População, Variedade, Replicação e Seleção)¹². Como foi salientado acima, para que o processo capturado pelo modelo PVRS tenha por base a seleção natural, a geração de variação (V) e a seleção (S) precisam ter um grau de independência. Segundo Lawson (2003), no seu modelo V e S serão estritamente independentes. Lawson (2003) nomeia essa versão como estrita, polar, ou neo-darwinista que apresenta grande relevância na biologia moderna. Neste grau estrito de independência, as condições de seleção são independentes do processo que gera mutação e variação.

A mudança evolucionária em conformidade com a seleção natural pode ocorrer ao longo de um período de tempo, pois uma nova característica relevante pode surgir dentro da população e ser favorecida pelo ambiente existente. Também, o ambiente muda a forma como favorece uma característica que já existia na população. Em cada um desses cenários, o ponto que liga os processos de geração de variedades e a contribuição do ambiente reside na seleção entre o conjunto específico de características em evidência (LAWSON, 2003).

No ambiente social, a variação é produzida pela agência humana¹³ e será sobre ela que a replicação e seleção atuam. Os aspectos da estrutura social podem ser reproduzidos pelos indivíduos tanto ao longo do tempo, quanto em um ponto específico do tempo, através da imitação. Os sistemas sociais não são naturalmente reproduzidos nem auto reproduzidos. A reprodução ou transformação ocorre como resultado das capacidades humanas de atuarem propositalmente sobre sua vida e tarefas diárias, se auto interpretando, executando seus propósitos na ordem social e interagindo uns com os outros. Embora muito do que ocorra não seja intencional e resulta de erros, a intencionalidade é muito significativa no domínio social, mais do que nos domínios naturais. A atividade intencional humana é sempre um meio de reprodução e transformação social (LAWSON, 2003).

Lawson (2003) apresenta como principais características para uma teoria econômica evolucionária a especificação da população, a existência de variedade, a replicação, a seleção e a independência entre os processos de variação e seleção. O modelo de Lawson (2003) está em conformidade com o realismo evolucionário, pois pode ser utilizado em existências que

¹² Originalmente, as siglas PVRS significam “*Population, Variety, Reproduction e Selection*” (Lawson, 2003 p. 123).

¹³ Para Lawson (2003), a agência humana está relacionada com a formação dos indivíduos, suas capacidades, disposições e tendências. O autor argumenta que as características dos indivíduos também são condicionadas pela estrutura social.

possuem a característica da bimodalidade e apresenta as características de associação e processo.

A próxima seção tem por objetivo identificar nas teorias de Witt, Potts Metcalfe e Lwson pontos de convergência a fim de construir uma estrutura teórica econômico-evolucionária que tenha a ontologia evolucionária como base.

1.7 AS CARACTERÍSTICAS DE UMA TEORIA ECONÔMICA EVOLUCIONÁRIA

Essa seção tem por objetivo construir uma estrutura teórica que englobe as características fundamentais de uma teoria econômica evolucionária. Para isso, ela tem por base as ideias de Witt (2014), Potts (2003), Metcalfe (1998) e Lawson (2003) e segue a orientação ontológica do Realismo Evolucionário de Dopfer e Potts (2004; 2008) e Dopfer (2013).

A ideia de intencionalidade que é sugerida por Witt (2014), Metcalfe (1998) e Lawson (2003). Segundo esses três autores, os seres humanos têm a capacidade de aprendizagem e isso é uma fonte de variabilidade e de replicação. A intencionalidade é mais significativa no domínio social do que no biológico, esse é um dos motivos pelo qual o processo evolutivo é mais rápido no âmbito social do que no biológico.

Uma característica importante para uma Teoria Econômica Evolucionária é a definição da população e da unidade de seleção, como apontam Metcalfe (1998) e Lawson (2003). Aqui ficaremos com a definição de pertencimento à população de Metcalfe (1998). Para o autor os membros da população são aqueles que estão submetidos ao mesmo ambiente de pressão seletiva. Logo, esta população não é homogênea, possui diversas características, ou seja, variabilidade, o que converge com a ideia de Potts (2003). A unidade de seleção será o elemento que guarda as características que serão selecionadas no processo de seleção.

Potts (2003), Metcalfe (1998) e Lawson (2003) concordam que a variação, a seleção e a replicação (hereditariedade) são características fundamentais para a construção de uma Teoria Econômica Evolucionária. Ressalta-se que Metcalfe (1998) afirma que na seleção existe um elemento de inércia que barra as variedades em competição por tempo suficiente até que sejam selecionadas.

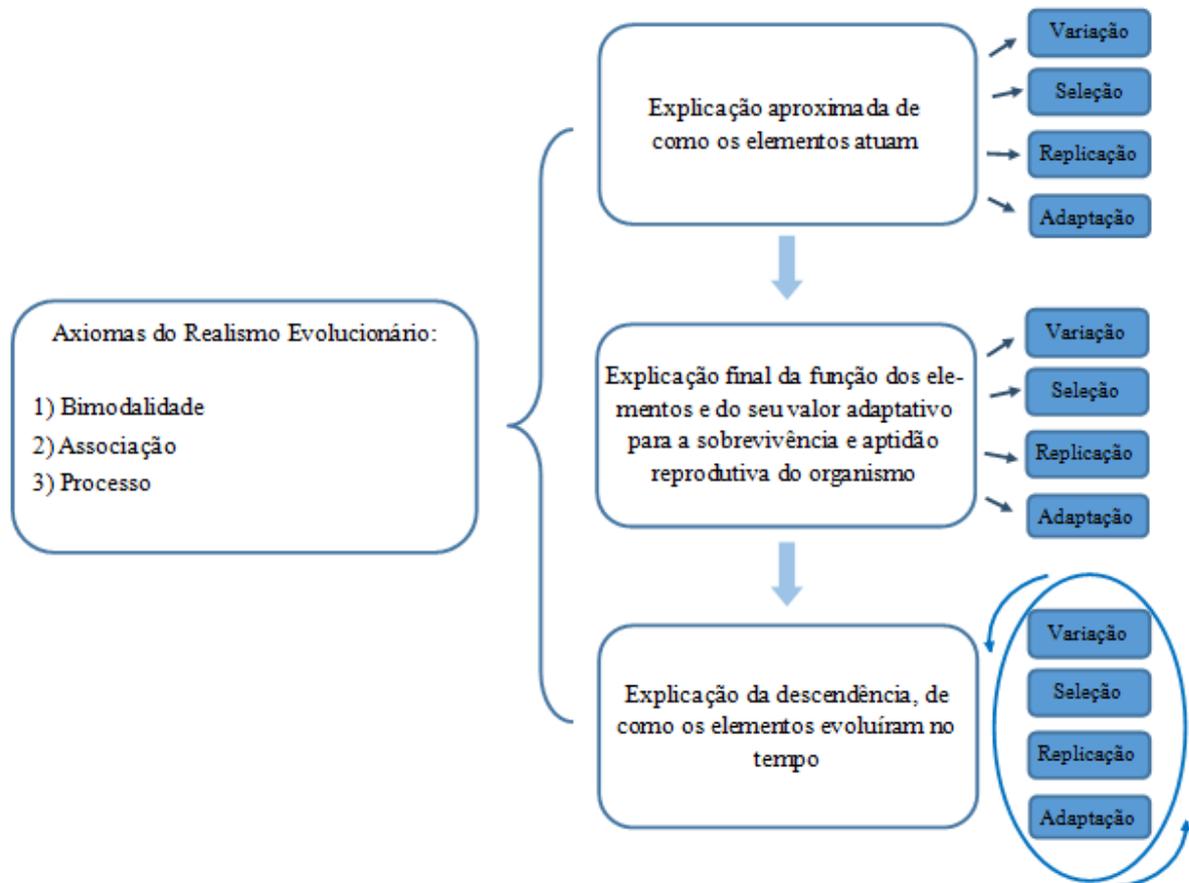
Além dessas três características, Metcalfe (1998) apresenta a adaptação como fundamental para o processo evolucionário. A adaptação é composta pelos elementos replicadores e interadores. Os replicadores associam-se a noção de hereditariedade, eles são responsáveis pela cópia imperfeita dos elementos que sofrem a adaptação. Os interadores atuam

para que a replicação seja imperfeita, gerando novas variações e possibilitando um novo processo evolutivo. Lawson (2003) também destaca a presença de elementos interadores e replicadores, porém, diferente de Metcalfe (1998), esses dois mecanismos não são partes do processo de adaptação. São mecanismos independentes, a interação está associada com a relação dos indivíduos e o ambiente e a replicação com a reprodução de determinada característica.

Potts (2003) também apresenta a ideia da replicação como mecanismo de cópia das melhores soluções, mas Metcalfe (1998) vai além. Para o autor, a replicação é um mecanismo que está dentro do processo de adaptação e que garante que as características fundamentais serão transmitidas. Nessa transmissão há a presença de alguns erros, o que gera uma nova variabilidade na população. Em Potts (2003) a variabilidade existe, porém, é um processo que ocorre independentemente e simultâneo à replicação.

Variação, seleção, replicação e adaptação são elementos que compõem uma Teoria Econômica Evolucionária e atuam na Teoria da forma que Witt (2014) apresentou as modalidades de explicação. Ou seja, primeiramente há uma explicação aproximada de como esses elementos atuam. Em segundo lugar é feita uma explicação final da função desses elementos e do seu valor adaptativo para a sobrevivência e aptidão reprodutiva do organismo. Por fim, há a explicação da descendência, de como o elemento evoluiu no tempo. Ressalta-se que a análise inicia pela definição da população e da unidade de seleção, depois a análise segue conforme se apresenta na figura 1.

Figura 1- Estrutura analítica da Teoria Econômica Evolucionária



Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser observado na Figura 1, a estrutura está de acordo com os três axiomas do Realismo Evolucionário. Ela cumpre o axioma da bimodalidade, ou seja, ela trata de existências que são atualizações de informações físicas e informacionais no tempo e espaço. Cumpre axioma da associação, pois leva em consideração que as existências podem se associar e, também, está de acordo com o axioma do processo, porque a análise se desdobra na tentativa de entender os processos históricos de evolução das existências. Essa estrutura tem a capacidade de fornecer elementos que possam interpretar as demais teorias que possuem elementos evolutivos, mas não uma classificação específica da posição que ocupam dentro da teoria.

São necessários alguns esclarecimentos acerca do darwinismo universal. Dawkins (1983 apud Nelson, 2006) utilizou o termo Darwinismo universal para denotar investigações ampla acerca de até que ponto a evolução da cultura humana pode ser entendida em termos de processos que estão relacionados com os da evolução biológica. O termo cultura é empregado por Nelson (2006) de forma abrangente, passando por todos os domínios das ciências sociais evolucionárias e inclui, ainda, os costumes, sistemas de crenças e religião. Alguns dos participantes do movimento darwinismo universal tentaram identificar uma concepção de

processo evolutivo que fosse ampla suficiente para englobar tanto a evolução das espécies biológicas quanto a das culturas humanas.

Para Nelson (2006) existem perspectivas que abordam o darwinismo universal. A primeira Nelson (2006) associa com Dawkins (1976; 1983 apud Nelson, 2006) e Dennett (1995 apud Nelson, 2006), é orientada teoricamente pela teoria evolucionista moderna da biologia, ou versões dessa teoria. Postula que a evolução da cultura humana pode ser entendida em termos de processo, onde as principais variáveis e mecanismos são análogos aos da evolução biológica. A segunda perspectiva Nelson (2006) associa a Hull (1988; 2001 apud Nelson, 2006) e envolve uma ampla visão da teoria evolucionária aberta para as diferenças entre a forma como os aspectos da cultura humana evoluem e a evolução das espécies.

Nelson (2006) defende que a segunda perspectiva do darwinismo universal é a mais adequada para as ciências sociais evolucionárias. A primeira perspectiva descrita por Nelson (2006) apresenta problemas. O autor a classifica como mais estreita em relação a visão que ele defende, pois, os detalhes dos processos envolvidos na evolução da cultura diferem significativamente daqueles envolvidos na evolução biológica. Tentar encaixar a análise da evolução cultural nos moldes da biológica prejudica o desenvolvimento de uma ciência empiricamente orientada. Este trabalho está alinhado com a segunda perspectiva do darwinismo universal identificada por Nelson (2006).

Essa estrutura será utilizada como uma ferramenta para analisar o indivíduo em Veblen, numa ótica evolucionária. O objetivo principal é responder que papel o indivíduo ocupa na evolução institucional de Veblen. Tanto o indivíduo, quanto a evolução institucional são compostos por diversas características, devido a isso, um arcabouço que norteie a análise se faz necessário. Veblen foi um dos primeiros autores a apresentar uma Teoria Econômica Evolucionária, portanto a estrutura mostra-se adequada como ferramenta para analisar a teoria do autor.

1.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção teve por objetivo apresentar quais eixos teóricos que compõem uma Teoria Econômica Evolucionária. Para isso, se esclarece primeiramente o que é uma ontologia evolucionária. Essa necessidade surge da própria falta de uma ontologia que sirva de guia e alicerce para a grande gama de Teorias Econômicas tidas como Evolucionárias, como por exemplo, as teorias de Schumpeter, Nelson e Winter e Veblen.

A ontologia evolucionária apresentada nesse trabalho foi o Realismo Evolucionário de Dopfer e Potts (2004; 2008) e Dopfer (2013). O Realismo Evolucionário possui três axiomas ontológicos: a bimodalidade, a seleção e o processo. Esses axiomas juntos descrevem que uma ontologia evolucionária trata de existências que podem ser físicas e não físicas (informacionais) e que possuem atualização de informações no tempo e espaço. As existências têm a propensão para se associar e formam um processo de transformações.

Após o esclarecimento do que é uma ontologia evolucionária, apresentaram-se quatro autores que possuem teorias com pontos semelhantes ao o Realismo Evolucionário e que tentaram identificar as características de uma teoria evolucionária. O primeiro foi Witt (2014) que apresenta as Modalidades de explicação causais; em seguida Potts (2003) que expõem suas ideias de Economia Evolucionária. Metcalfe (1998) que aplicou a Teoria Evolutiva darwiniana para explicar os fenômenos econômicos e Lawson (2003) que propõe um modelo evolucionário para avaliar os fenômenos sociais.

Da união desses quatro autores associada com a orientação do Realismo Evolucionário conclui-se que quatro elementos são fundamentais para uma Teoria Econômica Evolucionária: variação, seleção, replicação e adaptação. Esses elementos entram na Teoria Econômica Evolucionária a luz das modalidades de Witts (2014), ou seja, precisa-se de uma explicação aproximada de como eles atuam; explicação final da função desses elementos e do seu valor adaptativos para a sobrevivência do grupo e explicação da descendência e da evolução dos elementos ao longo do tempo. Ressalta-se que antes de iniciar essa avaliação é preciso esclarecer quem é essa população e qual é a unidade de seleção.

Essa estrutura teórica será usada para analisar a teoria evolucionária de Veblen. O objetivo principal é encontrar qual o papel que o indivíduo ocupa na mudança institucional de Veblen.

CAPÍTULO 2: OS INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES DE VEBLEN

2.1) INTRODUÇÃO

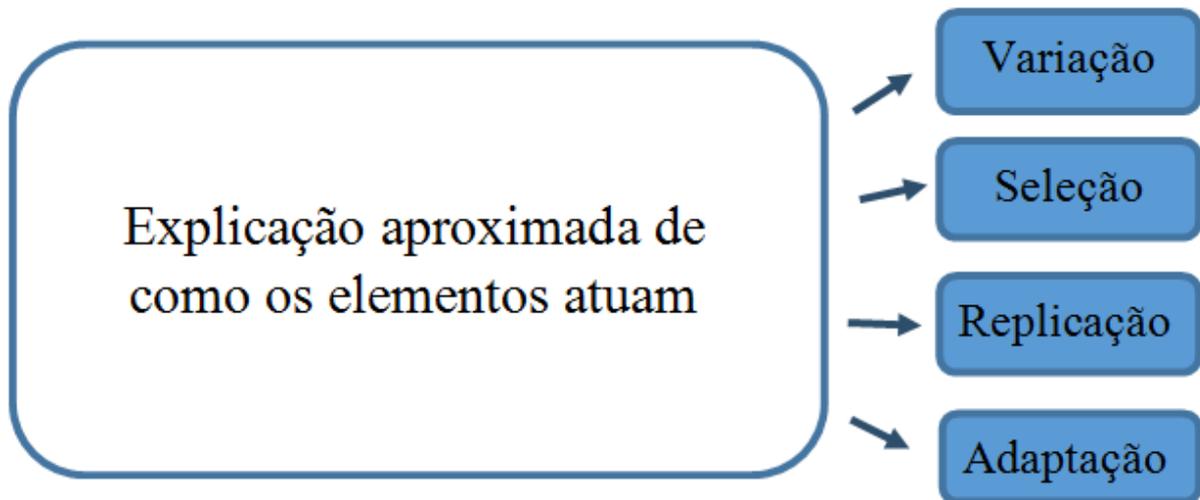
Neste capítulo serão apresentados os elementos que, segundo Veblen, fazem parte da constituição do indivíduo, que são os instintos, os hábitos e as instituições. A estrutura de análise criada no capítulo anterior será utilizada aqui para avaliar quais são os papéis de instintos, hábitos e instituições na teoria de Veblen. Busca-se nas obras de Veblen, *The Theory of Leisure Class* e *Instinct of Workmanship and the state of Industrial Art*, elementos de variação, seleção, replicação e adaptação.

Pretende-se analisar, através da estrutura proposta no capítulo 1, se é possível identificar nessas duas obras de Veblen, os três tipos de explicações causais propostos por Witt (2014) e os elementos identificados por Potts (2003), Metcalfe (1998) e Lawson (2003). Inicia-se com uma explicação aproximada de como os elementos atuam, nesse caso os elementos são: instintos, hábitos e instituições. A segunda modalidade propõe uma explicação final da função do elemento e de seu valor adaptativo para a sobrevivência e aptidão reprodutiva do organismo. Por último, a explicação da descendência dos elementos, seu processo evolutivo. Para fazer essa análise, primeiramente, é necessário identificar qual é a população e qual a unidade de análise apresentadas por Veblen.

2.2) EXPLICAÇÃO APROXIMADA DE COMO OS ELEMENTOS ATUAM

Essa seção tem por objetivo aplicar a primeira etapa da estrutura analítica apresentada no Capítulo 1. Indica-se os elementos de Veblen que possuem a característica de variação, seleção, replicação e adaptação e discorre-se uma explicação aproximada da atuação desses elementos. Essa primeira etapa está esquematizada na Figura 2.

Figura 2 – Explicação do tipo (i)



Fonte: Elaborado pela autora

Primeiramente, como apresentam Metcalfe (1998) e Lawson (2003), define-se a população e a unidade de seleção. A população de Veblen será o conjunto de indivíduos que pertence a mesma comunidade, pois serão os membros da comunidade que serão submetidos a mesma pressão seletiva. A unidade de seleção, na obra de Veblen, é o conjunto de hábitos de pensar compartilhados pelos indivíduos, ou seja, as instituições. São as instituições que sofrem a pressão seletiva dentro da comunidade.

2.2.1) Os instintos segundo Veblen

Para Veblen (1914, p.1, 3 e 4), os instintos são as motivações principais que atuam no comportamento humano, mostram direção e critério. Os instintos são o conjunto de propensões inatas da psicologia dos indivíduos que propõem um objetivo final para a ação. O que diferencia um instinto do outro são esses objetivos ou objetos finais. A ação instintiva é teleológica¹⁴, ou seja, consciente. O escopo teleológico e objetivo de cada propensão instintiva diferem umas das outras.

A biologia evita o uso do termo instinto, pois é um conceito muito amplo que não supre as demandas das Ciências Biológicas. A psicologia que concentra os estudos no comportamento

¹⁴ Veblen (1914) emprega o termo teleologia no sentido de que a ação instintiva age para atingir um determinado fim. Isso difere do emprego da teleologia pelos neoclássicos, que está vinculado a razão suficiente, ou seja, a racionalidade ilimitada, onde o indivíduo sempre age para atingir um fim.

humano também evita usar o termo instintos devido a sua amplitude e falta de precisão, características essenciais para a análise psicológica (VEBLEN, 1914, p.1-2).

Veblen (1914, p. 4-5) apresenta a distinção dos instintos das ações tropismáticas. A ação instintiva envolve consciência e adaptação para atingir um fim desejado. É importante ressaltar que para Veblen (1914, p.5) a definição de instinto difere do senso comum. Segundo Veblen (1914, p.5), os impulsos simples e mais imediatos que frequentemente recebem do senso comum a denominação de instintos são melhor classificados como tropismos. Na ação instintiva há a presença da reflexão e deliberação, denota a busca consciente de um objetivo que o próprio instinto julga necessário.

As propensões instintivas da raça humana são guiadas, em um certo grau, pela inteligência. Isso diferencia os seres humanos dos animais. Esse grau pode variar amplamente de um instinto para outro chegando até ao automático no caso de instintos mais simples, cujo conteúdo é manifestado fisiologicamente. É a presença da inteligência que separa as categorias tropismo, sem essa presença, da categoria automática, com a presença. Porém, os instintos também possuem uma certa atuação sobre a inteligência, os seres humanos são capazes de pensar, mas as propensões instintivas sobrepostas indicam o que eles devem pensar, como e para que (VEBLEN, 1914, p.5-6).

Segundo Veblen (1914, p.8-9), os instintos possuem a capacidade de se cruzar, misturar, sobrepor, neutralizar ou reforçar uns aos outros. Os instintos não são estruturas isoladas que agem de forma independente. Quanto mais complexa for a ação instintiva, mais interligados ou contaminados, nos termos de Veblen (1914, p.9), estão os diferentes instintos; formam uma rede de correlação e interdependência. Os instintos podem estar tão contaminados uns pelos outros que torna a sua demarcação extremamente difícil.

Veblen (1914, p.13) considera que os instintos são características hereditárias. Dentro de uma comunidade, os instintos são transmitidos de geração para geração praticamente intactos desde o início da humanidade. Nas modernas teorias da hereditariedade, que se desenvolvem em termos fisiológicos, os instintos se inserem como características secundárias das espécies, são subprodutos das atividades fisiológicas que fornecem características específicas para as espécies. Veblen (1914, p.13) argumenta que as disposições instintivas dificilmente podem ser explicadas como características unitárias, devem ser entendidas como traços espirituais que emergem de uma certa convergência de características unitárias fisiológicas que variam de acordo com os atributos que, como um todo, constituem o indivíduo.

Desse ponto surgem as variações dos indivíduos em relação aos membros da sociedade. Essa variação inicia com uma dotação de instintos e resulta nas diferenças de funções fisiológicas. A relação entre instintos e indivíduos, em termos físicos, é necessária como um meio para entender os próprios instintos e seus efeitos sobre o comportamento humano sem assumir uma ruptura entre o âmbito físico e os fenômenos imateriais da vida (VEBLEN, 1914, p.13). Os instintos são constituídos de propensões nativas e pelos sentimentos apropriados, isso foi denominado por Veblen (1914, p.14) de natureza espiritual humana, ou simplesmente, natureza humana.

Essa descrição sobre a definição de instintos e sua importância e atuação no comportamento humano corresponde às explicações do tipo (i) definidas por Witt (2014), ou seja, é uma explicação aproximada de como os elementos instintos atuam. Ainda considerando a estrutura de análise do capítulo 1, os instintos de Veblen são a fonte de variação. Eles são capazes de se misturar, se sobrepor e se contaminar, podendo assim, modificar os fins das ações humanas. Os instintos atuam de forma diferente em cada indivíduo, variam de acordo com as diferentes cargas instintivas presentes nos seres humanos e com as necessidades que são impostas pelo ambiente.

2.2.2) Os hábitos segundo Veblen

Como foi exposto na seção anterior, os instintos definem os fins das ações humanas. Os seres humanos podem empregar diversas formas e meios para atingir os fins propostos pelos instintos. Quanto maior for o grau de inteligência e quanto maior for o corpo de conhecimento presente em uma comunidade, mais extensa e elaborada é a lógica de formas e meios atuante entre a finalidade proposta de um instinto e sua realização; mais multifacetado e complicado será o aparato de meios e recursos empregados para atingir os fins indicados pelos instintos (VEBLEN, 1914, p.6).

Para Veblen (1914, p.5-6) os fins determinados pelos instintos são diversos, bem como, as formas e meios empregados para atingi-los. Isso envolve o emprego de recursos, adaptação, concessões e ajustes entre os diversos instintos, sendo que todos possuem um caráter imediato, de urgência.

Os seres humanos empregam diferentes meios para se chegar aos fins determinados pelos instintos. A repetição desses meios irá constituir hábitos de vida. O conjunto de formas e meios disponíveis para alcançar os objetivos definidos pelos instintos é uma questão de

tradição, legado, ou seja, são os hábitos acumulados pela experiência de gerações passadas. À medida que os fins determinados pelos instintos se relacionam com as situações culturais¹⁵ da comunidade, eles serão condicionados pelos hábitos e moldados como um esquema de vida aceito pela comunidade (VEBLEN, 1914, p.6-7).

Segundo Veblen (1914, p.7), através do hábito, as formas e meios ganham um caráter de convenções, obtém a consistência de costumes e prescrições e, por fim, adquirem a característica e força de instituições. Essa maneira comum de “fazer as coisas” e de pensar, não apenas se torna hábito, mas é aceita socialmente e transforma-se a maneira apropriada e certa de fazer e pensar, dando origem aos princípios de conduta.

Veblen (1914, p.38-39) argumenta que, através do caráter cumulativo dos hábitos, quanto mais gerações passam, maior é o aglomerado de hábitos da geração seguinte. Os hábitos são transmitidos para a geração seguinte através da tradição, formação, educação ou qualquer forma que passe para a geração nova o que a velha aprendeu. Junto com os hábitos de vida, é transmitida, via corpo cumulativo de conhecimento, a maior parte da sabedoria convencional, incorporada de certas predileções adquiridas e preconceitos presentes na comunidade. A esse corpo de conhecimento Veblen (1914, p.39) dá o nome de Sistema de Tecnologia, onde estão acumuladas, também, as informações ou conhecimentos como a natureza e uso das coisas.

Os hábitos se propagam na sociedade, se tornam comuns, generalizam-se e acabam se enraizando no ambiente, vindo a constituir as formas de instituições políticas, sociais e econômicas. Os hábitos se incorporam às ações dos indivíduos e dentro de um mesmo ambiente passam a ser a prática comum e socialmente aceitos. O crescimento dos hábitos e das convenções está relacionado ao ambiente material e a as propensões inatas da natureza humana, ou seja, aos instintos. (VEBLEN, 1914, p.2).

De modo geral, pode-se afirmar que os hábitos mais antigos que governam a vida das pessoas, os que afetam a sua existência como organismo, são os mais persistentes e difíceis de mudar e quanto mais um hábito coincidir com os costumes mais ele se fixará na conduta dos indivíduos. Os hábitos formam o padrão de vida dos indivíduos da comunidade. A dificuldade

¹⁵ Nas obras de Veblen selecionadas para essa dissertação não foi encontrado um conceito de cultura. Devido a essa falta de uma definição por parte de Veblen, usaremos os conceitos apresentados por Walter C. Neale e Walton H. Hamilton, ambos seguidores da vertente Antigo Institucionalismo Norte-Americano. Neale (1987) afirma que a proposta institucionalista é semelhante ao que os cientistas sociais atribuem como cultura. Os institucionalistas, de modo geral, enfatizam que a cultura governa a todos no sentido de que ela governa o que é certo e o que é errado, o que é admirável e o que não é, define as regras de comportamento. A cultura é um legado coletivo de padrões de ação. Hamilton (2005) define a cultura como um agregado de instituições, onde cada uma possui seu próprio domínio e ofício. A função da cultura é definir um padrão de comportamento e fixar uma zona de tolerância para uma atividade.

abandonar um padrão estabelecido é oriunda da dificuldade de quebrar um hábito. (VEBLEN, 1915, p.107-108).

Tomando por base a estrutura do Capítulo 1, é no âmbito dos hábitos dos indivíduos que a seleção acontece. Estes irão sofrer pressões seletivas e adaptativas e o resultado desse processo serão as instituições. A replicação também se dá no domínio dos hábitos, que são transmitidos através das gerações por intermédio da cultura, educação e formação. Os hábitos que forem selecionados sofrem pressões adaptativas, portanto os hábitos possuem a característica da adaptação. Com as alterações no ambiente os hábitos são forçados a mudar para se adaptar as novas circunstâncias, então eles também são uma fonte de variação.

2.2.3) As Instituições Segundo Veblen¹⁶

As instituições são um conjunto de hábitos mentais compartilhados pelos indivíduos, ou seja, tornam-se hábitos e costumes da comunidade. Em outras palavras, as instituições são hábitos individuais que se institucionalizam. São resultados de processos seletivos e adaptativos que moldam os tipos prevalentes e dominantes de atitudes e aptidões espirituais dentro de uma sociedade. São, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem fatores eficientes de seleção (VEBLEN, 1915, p.188).

Veblen (1915, p.188) argumenta que as instituições em mudança são responsáveis por selecionar indivíduos dotados de um comportamento mais apto e impor uma nova adaptação dos comportamentos dos indivíduos e de seus hábitos ao ambiente em mudança. Isso acontece e origina a formação de novas instituições. Para Monastério (1998), Veblen ressalta que as instituições podem estar internalizadas nos indivíduos na forma de hábitos de pensamento ou ocorrem por pressão social para que sejam cumpridas, enfatizando a primeira situação, onde a internalização estaria em detrimento da coerção das instituições.

¹⁶ Clarence Ayres (1944, apud Pessali e Fernández, 2006) apresenta a crítica acerca do caráter vago do termo instituição. Isso está associado com a relação entre instituições e tecnologia. Para Veblen, instituições e tecnologia são diferentes e podem colidir. A tecnologia está relacionada com o progresso social, já as instituições podem ter a função de elementos de inércia, impedindo a evolução da tecnologia e atrasando o progresso da sociedade (PESSALI E FERNÁNDEZ, 2006). Segundo Pessali e Fernández (2006), Veblen não defendia uma dicotomia absoluta, ou seja, a tecnologia nem sempre conduz ao progresso social e as instituições não são sempre elementos de estagnação. Ayres (1944) tem outra visão acerca desse ponto. Para o autor as instituições são “elementos cerimoniais”, ou seja, atuam na perpetuação de comportamentos e atrapalham a evolução tecnológica e social. Já a tecnologia são “ações instrumentais”, combinam o trabalho humano, os recursos naturais e as ferramentas técnicas para auxiliar na melhora das condições materiais da sociedade (PESSALI E FERNÁNDEZ, 2006).

Para Veblen (1915, p.188) a evolução da estrutura social é um processo de seleção natural de instituições. O progresso das instituições humanas e do caráter humano, pode ser considerado um processo de seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e de adaptação imposto aos indivíduos expostos à um ambiente com mudanças progressivas devido ao crescimento da comunidade e as mudanças institucionais presentes.

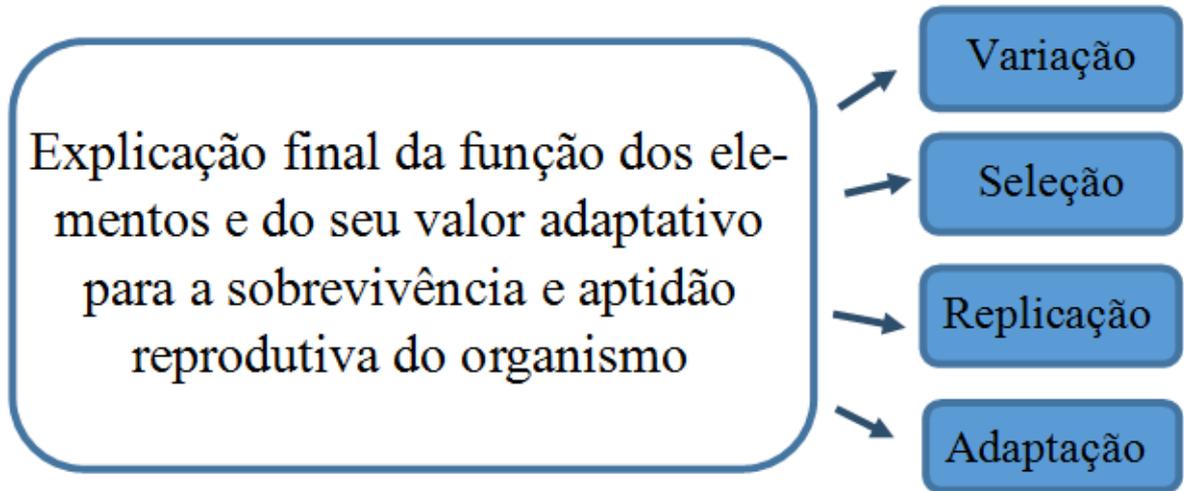
Segundo Veblen (1915, p.189), o ambiente da comunidade e suas instituições em um determinado tempo, favorecem a sobrevivência e o domínio de um tipo de comportamento em detrimento de outros. Há, simultaneamente ao processo de seleção de comportamentos e hábitos mentais, um processo de adaptação seletiva desses hábitos mentais dos indivíduos da comunidade. Pode haver variação nas características fundamentais de qualquer população através de seleção entre as suas diversas características. Mas existem, também, uma variação devido a adaptação das características selecionadas.

As instituições mudam conforme as circunstâncias do ambiente material da comunidade mudam. Isso se dá devido a característica dos hábitos de responderem aos estímulos que essas circunstâncias variadas lhes proporcionam. As instituições são produtos de processos passados, estão adaptadas a circunstancias passadas, nunca estão em pleno acordo com as exigências do presente. Isso equivale dizer que as situações que os indivíduos vivem hoje, irão moldar as suas instituições no futuro (VEBLEN, 1915, p.190-191).

Segundo Camic e Hodgson (2011), Veblen defendia que as instituições são condicionadas tanto pelo ambiente material, quanto pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana. Devido ao fato das instituições serem constituídas por hábitos, elas são elementos de seleção, replicação e de adaptação dentro da teoria de Veblen. Elas não só são o resultado de seleção de hábitos de pensamentos compartilhados pelos indivíduos, como também, são responsáveis por selecionar os comportamentos mais aptos com uma mudança nas circunstâncias materiais. Elas também são responsáveis pela adaptação dos hábitos mentais e são replicadas pelos indivíduos. Esse processo de seleção, replicação e adaptação de instituições abre espaço para a manifestação de variação. Retomando a estrutura de análise do capítulo 1, as instituições poderiam ser classificadas como elementos de seleção, replicação, adaptação e, ainda, variação.

2.3) EXPLICAÇÕES FINAIS DA FUNÇÃO DA CARACTERÍSTICA E O SEU VALOR ADAPTATIVO PARA A SOBREVIVÊNCIA E APTIDÃO REPRODUTIVA DO ORGANISMO

Figura 3 – Explicação do tipo (ii)



Fonte: Elaborado pela autora.

Toda ação instintiva é, também, teleológica, envolve atingir um propósito. O agir teleológico busca atingir um determinado fim (VEBLEN, 1915, p.31). A ação instintiva utiliza da inteligência para atingir um determinado fim. A inteligência está subordinada aos instintos para atingir o seu propósito, é nessa subordinação dos processos intelectuais para o fim desejado que as disposições instintivas condicionam a conduta humana. Nesse processo de orientação das diversas tendências instintivas, pode ocorrer conflitos, deslocamentos ou o reforço de uma ação instintiva por outro instinto e isso se constitui em uma fonte de variação comportamental (VEBLEN, 1914, p.31).

Nos primeiros estágios do desenvolvimento da raça humana, os indivíduos pertenciam a grupos específicos que ficavam isolados uns dos outros. Esses grupos apresentavam características e necessidades distintas, sua carga instintiva, bem como seus hábitos e instituições eram diferentes. Conforme há a interação entre esses grupos de indivíduos há a mistura de suas características genéticas. O resultado dessa mistura é uma imensa variedade de tipos genéticos humanos. Como os instintos são passados de geração para geração através da hereditariedade, essa mistura de tipos genéticos humanos também é uma mistura de instintos,

ou seja, uma fonte de variação que está associada com as diferentes cargas genéticas (VEBLEN, 1914, p.15-16).

Esses indivíduos resultantes da mistura de diferentes grupos irão responder de formas diferentes as necessidades impostas pelo meio. Isso significa que, em Veblen (1914), há uma dupla fonte de variação. A variação resultante da mistura genética, onde há uma diferente carga instintiva que irá resultar em diferentes comportamentos; e a variação resultante das alterações no ambiente externo que exigem respostas diversas dos indivíduos.

Retomando a seção anterior, Veblen (1914, p.8-9) afirma que os instintos podem se reforçar, sobrepor, misturar e anular. Para ilustrar essa afirmação, Veblen (1914, p.25-26) apresenta o caso de dois instintos que possuem praticamente os mesmos objetivos finais e que se auxiliam mutuamente, se reforçando o que torna muitas vezes difícil identificar onde termina um e onde começa o outro, são eles: o *Parental Bent* e o *Instinct of Workmanship*¹⁷. O *Instinct of Workmanship*¹⁸ relaciona-se com o bem-estar material da comunidade e com o seu sucesso evolutivo biológico. O *Parental Bent* é um instinto amplo que não está relacionado, apenas, com o desenvolvimento e realizações da prole. Também não pode ser confundido com o impulso tropismático de procriação. O *Parental Bent* associa-se com a sobrevivência da comunidade, em tornar a vida da próxima geração mais fácil, através da formação adequada e proteção do patrimônio e recursos.

O *Parental Bent* é reforçado pelo sentimento de aprovação econômica e eficiência em prol do bem comum e pela desaprovação do desperdício e da vida inútil. Tal preocupação com o sucesso econômico da comunidade é também atribuída ao *Instinct of Workmanship*. Pode-se afirmar que a função principal do *Workmanship* é atuar pelo bem-estar econômico da comunidade, isso é reforçado e sustentado pelo *Parental Bent* visando, também, o bem-estar da comunidade (VEBLEN, 1914, p.26-27).

¹⁷ O *Parental Bent* pode ser traduzido como tendência parental e o *Instinct of Workmanship* pode ser traduzido com instinto de artesanato.

¹⁸ O *instinct of workmanship* é definido como a preferência dos indivíduos pelas atividades ou trabalhos eficazes e sua aversão pelas atividades inúteis. Os seres humanos sentem mérito pelo trabalho eficiente e demérito pelo trabalho fútil. Esse instinto é muito importante na obra de Veblen, visto que o autor dedicou um livro inteiro para tratar do *Workmanship*. O que torna o *instinct of workmanship* tão diferente dos outros é o fato dele determinar tanto os fins quanto os meios para se atingir esses fins. O *Workmanship* se ocupa com os detalhes práticos, ou seja, as formas e meios, dispositivos e artifícios de eficácia e economia, a proficiência, o trabalho criativo e o domínio tecnológico dos fatos. Pode se considerar que o *Workmanship* também exerce a função de auxiliar para os demais instintos (VEBLEN, 1914).

Para Veblen (1914, p.27) esses dois instintos em conjunto exercem grande parte do controle, do crescimento dos costumes e princípios convencionais que padronizam a vida humana em sociedade e dão origem ao sistema de instituições. Esse controle possui a característica de “vigilância do senso comum” que impede que o esquema de vida se torne um emaranhado de situações grotescas e extravagantes.

Não são apenas o *Parental Bent* e o *Instinct of Workmanship* que se relacionam. De modo geral, todos os instintos estão relacionados, embora em diferentes graus, uns com os outros, a atuação de um instinto no comportamento humano gera consequências para todos os outros. Essa contaminação de elementos instintivos que atuam no comportamento humano é um dos elementos que dificultam e, ao mesmo tempo, torna interessante as investigações acerca dos instintos. A contaminação também introduz um potencial de variabilidade nas propensões comportamentais dos indivíduos de uma comunidade (VEBLEN, 1914, p.29).

Considerando as circunstâncias da vida material e o impulso dado pela propensão instintiva, um determinado comportamento se torna habitual, e assim instala-se na vida da comunidade, através do uso e do costume, um princípio de conduta. O princípio de conduta vai ganhando espaço entre as variedades de hábitos da comunidade e é transmitido, ou seja, replicado pela tradição para as próximas gerações. (VEBLEN, 1914, p.50).

Segundo Veblen (1915, p. 94-95), um instinto pode se sobressair em relação aos demais em determinado período. Dependendo das exigências do meio, um instinto pode apresentar, mais que os demais instintos, objetivos finais que favorecem a adaptação dos indivíduos em um período de tempo específico. Isso não é permanente, conforme o tempo passa, as exigências do meio mudam, o que pode exigir que outros instintos sobressaiam.

Uma comunidade de indivíduos está subordinada aos seus instintos. Suas características, ou traços espirituais hereditários, os diferenciam de outras comunidades de indivíduos. No curso do crescimento cultural, a maioria das civilizações e povos que tiveram uma longa história evolutiva presenciam, de tempos em tempos, uma força imperativa que os incentivam a revisar os seus esquemas institucionais à luz de seus instintos nativos (VEBLEN, 1914, p. 24).

O resultado dessa autorreflexão pode gerar o colapso ou decomposição de instituições; os indivíduos escolhem, na maioria das vezes cegamente, viver ou não viver de acordo com os impulsos de seus instintos (VEBLEN, 1914, p.24). Uma investigação genética das instituições relaciona-se com o crescimento dos hábitos e convenções condicionado pelo ambiente material

e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana, ou seja, dos instintos (VEBLEN, 1914, p. 2).

Veblen (1914, p.41) descreve a situação de uma população cuja cultura apresente uma característica coerciva, ou predatória, com uma rigorosa distinção de classes, um controle governamental arbitrário e autoritarismo religioso. Essa população terá sua organização institucional e industrial moldadas para satisfazer as demandas e a lógica dessas instituições coercivas e autoritárias. Tal situação institucional atua como uma força restritiva que incide sobre o esquema tecnológico tanto diretamente através da prescrição de ações, seu tempo, lugar e circunstâncias, quanto indiretamente por meio dos hábitos de pensamento induzidos na população que vive sobre o seu domínio.

Veblen (1914, p.18) argumenta que, ao contrário dos instintos, os hábitos dos seres humanos mudam continuamente e cumulativamente, resultado em um processo contínuo de crescimento institucional. Segundo Veblen (1914, p.18), devido a sua formação por hábitos, o tecido institucional apresenta a característica de responder as perturbações do meio, modificando-se e adaptando-se. Isso significa que uma perturbação em qualquer ponto desse tecido irá causar consequências em todo o arranjo institucional. As mudanças institucionais são respostas as mudanças no ambiente e nas condições culturais. Porém, a natureza humana continua a mesma. Isso significa que os fins dos instintos podem mudar, mas a essência dos instintos permanece a mesma.

Os hábitos podem desenvolver e modificar os instintos. Pelo fato dos instintos possuírem um certo grau de inteligência, eles sofrem adaptação através do seu uso habitual. Se um impulso não sofrer adaptação via hábito, ele não possui inteligência em nenhum grau, portanto não pode ser chamado de instinto, mas sim de tropismo (VEBLEN, 1914, p.38).

Segundo Camic e Hodgson (2011), alguns autores utilizam o fato de que o hábito pode modificar os instintos para argumentar que os instintos não são propensões fixas e herdadas, sugerindo que eles podem ser alterados pelo desenvolvimento e pelo ambiente em que o indivíduo está inserido. Camic e Hodgson (2011) propõe um esclarecimento para essa suposta contradição, para os autores quando Veblen afirma que os instintos são propensões hereditárias ele está se referindo ao instinto em si. E quando Veblen afirma que o hábito pode modificar os instintos ele se refere ao comportamento instintivo. Para Camic e Hodgson (2011), os instintos não podem ser alterados, mas o comportamento instintivo pode.

Uma situação exógena à comunidade, por exemplo, uma alteração climática, que gere uma mudança na comunidade, mais especificamente, uma mudança nas condições materiais de vida que leva a uma revisão do corpo institucional, induz a formação de novos hábitos de

pensamento e de vida. Esses novos hábitos geram novos princípios de conduta para a comunidade. Como resultado desse processo, as propensões instintivas da população passam a trabalhar na indicação de novos fins, que estejam mais adequados com as novas exigências da comunidade (VEBLEN, 1914, p.17).

As mudanças também podem ser endógenas à comunidade, ou seja, podem nascer dos processos cumulativos de desenvolvimento da sociedade (VEBLEN, 1914, p. 17). Seguindo na mesma linha do exemplo anterior, os processos cumulativos de desenvolvimento da comunidade podem alterar o ambiente em que os indivíduos vivem. Essas alterações, também, podem induzir a uma mudança nas condições materiais do ambiente, que conflite com as instituições vigentes. Isso gera a necessidade dos institutos determinarem novos fins para as ações humanas, novos hábitos nascem e formam novas instituições.

The ways and means, material and immaterial, by which the native proclivities work out their ends, therefore, are forever in process of change, being conditioned by the changes cumulatively going forward in the institutional fabric of habitual elements that governs the scheme of life (Veblen, 1914, p.19).

Para Veblen (1915, p. 190-191), as instituições que vigoram em uma comunidade são constituídas por hábitos de pensamento de gerações passadas. Portanto, elas não estão plenamente adaptadas às situações atuais que a comunidade enfrenta. Os hábitos mentais dos membros, também herdados da geração passada, tendem a persistir na atualidade a não ser que uma situação externa force uma mudança. Veblen (1915, p. 191) argumenta que essas heranças, hábitos de pensamento e instituições, constituem elementos conservadores e são fatores de inércia social e psicológica.

Veblen (1915, p.198) argumenta que a classe rica¹⁹, nas comunidades mais contemporâneas, atua na intensificação desse elemento de inércia, exerce uma pressão conservadora, pois é conveniente para ela a manutenção das condições e instituições vigentes para conservar o seu estilo de vida. Segundo Veblen (1915, p. 198), a classe rica é conservadora, pelo fato de ela ser instintivamente avessa a mudança de seu modo de vida; seu interesse é na conservação das condições vigentes. Toda e qualquer mudança de hábitos de vida e pensamento é vista como incômoda.

A classe rica não cede as exigências de inovação com a mesma facilidade que os homens que compõe as classes abaixo dela, porque não é pressionada a isso. Esse conservadorismo dos membros da classe rica é um traço visível e é considerado, pelas demais classes, um sinal de

¹⁹ Veblen (1915, p. 198) também denomina essa classe rica de *leisure class*, ou classe ociosa, como foi traduzida. Para o autor essa classe pode ser definida como aquela que é isenta de qualquer função industrial. Maiores detalhes acerca da classe ociosa serão apresentados na próxima seção.

status superior, isso deu um respaldo de naturalidade aos hábitos conservadores. O conservadorismo, por ser uma característica da classe mais rica, é considerado um traço respeitável pelas demais classes da comunidade, enquanto a inovação é vista como vulgar, pois é um fenômeno atribuído a classe mais baixa (VEBLEN, 1915, p. 199).

Os usos, ações e ideias da classe rica adquirem caráter de regra e conduta para o resto da sociedade, isso agrega ainda mais importância a influência conservadora dessa classe. Os membros da comunidade que desejam ser considerados respeitáveis são induzidos a seguir o exemplo de pensamento da classe rica, desse modo, ela exerce uma força retardadora do processo de mudança institucional, estimulando que as demais classes sociais sejam resistentes a mudança e a inovação e consolidando a preferência dos indivíduos pelas “boas instituições”, que são as instituições herdadas da geração anterior (VEBLEN, 1915, p. 200).

Em comunidade, os homens possuem a característica de se comparar uns aos outros. Isso está ligado a propriedade dos bens, ou seja, quanto mais riqueza uma pessoa possui mais mérito e honra essa pessoa terá. O estilo de vida desses indivíduos possuidores de riqueza material será o desejado pelos membros das classes mais baixas da comunidade. Os membros da classe rica possuem hábitos de pensamento que os favorecem e que serão reproduzidos pelos demais membros da comunidade, pelo simples fato da atribuição de honra e prestígio estar ligado a posse de bens, nas comunidades mais contemporâneas. Isso não significa que os hábitos da classe rica irão favorecer os membros das classes mais baixas, pelo contrário, são hábitos que perpetuam a manutenção das condições vigentes (VEBLEN, 1915, p. 31-32). Essa característica de reproduzir os hábitos e o modo de vida da classe rica, Veblen (1915) dá o nome de emulação pecuniária.

Para Veblen (1915), é dessa forma que a classe rica também se constitui como um elemento de inércia que retarda a evolução. Além das próprias instituições vigentes serem elementos de inércia, já que são formadas por hábitos de pensamento da geração passada que exercem uma pressão conservadora na sociedade, a classe rica ajuda a intensificar e perpetuar essa inércia. Como exposto por Metcalfe (1998), os elementos de inércia possuem a função de barrar as variedades em competição por um tempo suficiente para que seleção natural atue, ou seja, o elemento de inércia também é um elemento de seleção. Se olharmos para o conservadorismo da classe rica pela ótica de Metcalfe (1998), ele é um elemento que ajuda na seleção de novos hábitos de pensamento. Não está claro se Veblen (1915) considera o conservadorismo um elemento que ajude na seleção, embora o autor deixe explícito que o conservadorismo é característica que retarda o processo evolutivo.

Quadro 1- Síntese da explicação do tipo (ii) aplicada na obra de Veblen

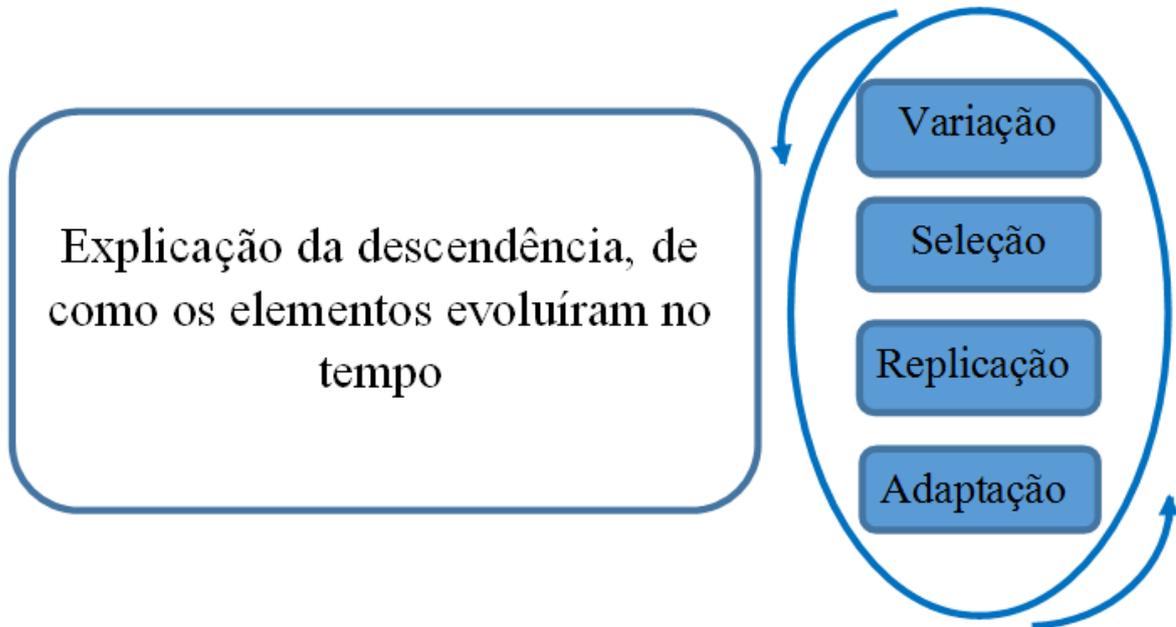
Elementos da estrutura de análise	Elementos das obras de Veblen	Explicação do tipo (ii)
Variação	Instintos, hábitos e instituições	Os instintos são uma dupla fonte de variação (resultante da mistura e sobreposição de cargas instintivas diferentes e das alterações no ambiente). Devido as alterações no ambiente os hábitos são forçados a mudar constituindo uma fonte de variação. Os processos de seleção, replicação e adaptação de instituições abre espaço para variação, pois esses processos nem sempre ocorrem de forma perfeita.
Seleção	Hábitos e instituições	Os hábitos sofrem as pressões seletivas. As instituições são o resultado da seleção de hábitos dos indivíduos e, também, são responsáveis por selecionar comportamentos através da criação de princípios de conduta.
Replicação	Hábitos, e instituições	Os hábitos são transmitidos e replicados pela próxima geração através da cultura. O mesmo acontece com as instituições. A replicação de instituições entra em conflito com as mudanças no ambiente material da comunidade.
Adaptação	Hábitos e instituições	Os hábitos possuem a capacidade de responder as mudanças do meio, modificando-se e adaptando-se. Por serem formadas por hábitos, as instituições possuem a mesma capacidade. As instituições resultado de processos adaptativos dos hábitos. Elas não estão completamente adaptadas as situações vigentes, pois são formadas por hábitos passados. Esse fato origina a evolução institucional.

Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 1 encontra-se um resumo da aplicação da explicação do tipo (ii) da estrutura de análise na obra de Veblen. Na próxima seção, será exposta a aplicação da última modalidade de explicação proposta por Witt (2014) na teoria de Veblen. Modalidade do tipo (iii) busca a existência de explicações de como as características se desenvolveram ao longo do ciclo de vida do organismo.

2.4) EXPLICAÇÕES SOBRE A DESCENDÊNCIA DA CARACTERÍSTICA

Figura 4 – Explicação do tipo (iii)



Fonte: Elaborado pela autora

É possível observar a explicação do tipo (iii) quando Veblen (1915) descreve a formação da classe ociosa. Veblen (1915) constrói um relato que descreve o comportamento de instintos, hábitos e instituições durante essa formação. Como mencionado anteriormente, a classe ociosa é aquela que não pratica funções industriais na comunidade. As ocupações não industriais da classe ociosa são, em linhas gerais, ligadas ao governo, guerra, religião e esporte.

As ocupações industriais, para Veblen (1915, p. 7-8), são aquelas que geram frutos para a comunidade, são todas as tarefas relacionadas ao trabalho diário de subsistência, se configuram como trabalho útil. A instituição da classe ociosa surge gradualmente durante a transição de um modo de vida onde há a predominância de um hábito mais pacífico para um modo de vida, onde um hábito mais bélico predomina e há mais conflitos. São duas as condições para o nascimento da classe ociosa: (1) a comunidade deve possuir um hábito de vida predatório, baseado na guerra ou na caça de grandes animais, ou ambos. (2) A subsistência da comunidade deve ser possível de modo que uma parte considerável dessa comunidade possa ficar livre do trabalho diário. A base da instituição da classe ociosa resulta da distinção entre as pessoas que executam diferentes tarefas na comunidade, onde algumas tarefas são consideradas dignas e outras indignas.

Segundo Veblen (1915, p. 13), as ocupações industriais são derivadas do trabalho que, na fase inicial da barbárie, era exercido pelas mulheres. Nessa fase, aos homens cabia a função de caçadores e às mulheres as demais funções rotineiras da comunidade. Ambos os trabalhos contribuía de forma produtiva para com a comunidade. Porém, nesse estágio da cultura, o trabalho masculino não era equiparado ao feminino, ele possuía um grau de importância maior aos olhos da comunidade. O homem não era visto como um trabalhador e a sua ocupação, a caça, não possuía mesma importância que as monótonas e rotineiras ocupações femininas.

O fundamento dessa distinção entre as ocupações muda conforme a cultura evolui. Isso acontece porque as situações mudam e, conseqüentemente, muda o ponto de vista dominante na comunidade e suas instituições. Essa mudança de padrões e pontos de vista é gradual, porém não há o total desaparecimento dos padrões aceitos no passado. A distinção entre as ocupações também é feita de forma habitual e lembrando que o hábito é passado de geração para geração através da cultura, pode-se dizer que a distinção que se tem hoje é reflexo da distinção que se tinha no tempo da barbárie entre o trabalho masculino e o feminino (VEBLEN, 1915).

A distinção entre os trabalhos masculinos e femininos relacionam-se com a diferença que existia nos grupos primitivos entre exploração e indústria. As atividades da indústria, são aquelas que criam coisas novas através do manuseio da matéria-bruta. As atividades de exploração são aquelas que o meio para se atingir o fim desejado é o emprego da força. Nesses dois tipos de atividades pode-se observar a atuação de dois instintos diferentes, o *workmanship* nas atividades da indústria e um instinto predatório, que se relaciona as atividades de proeza (VEBLEN, 1915, p. 12-13).

Devido as características biológicas de homens e mulheres, as atividades de exploração ficam a cargo dos homens, e as de indústria das mulheres. Essas diferenças entre ocupações irão construir tradições e hábitos de conduta e pensamento, assim os homens preferem exercer as atividades de exploração devido ao alto prestígio que é atribuído a essas atividades pela comunidade e repudiam as atividades industriais (VEBLEN, 1915, p.14).

Segundo Veblen (1914, p. 19-20), as características relacionadas com a aptidão e sobrevivência de um grupo de indivíduos desenvolveram-se em na fase denominada pelo autor de selvageria, que apesar do nome, é descrita pelo autor como pacífica. Essas características mencionadas por Veblen (1914, p. 20), são os hábitos de vida dos indivíduos e suas instituições, os instintos já estão presentes na constituição humana definindo os fins das ações. Nessa fase os grupos não têm uma classe ociosa definida, e sua estrutura social e modo de vida são

semelhantes umas às outras em alguns aspectos. Os grupos são pequenos e de estrutura arcaica, pacíficos, sedentários, pobres e a propriedade privada não é uma característica dominante (VEBLEN, 1915, p. 7). Essa fase corresponde ao período do neolítico (VEBLEN, 1914, p. 69).

Conforme o tempo transcorre, aptidão e a natureza humana desses grupos vão se modificando devido as imposições do ambiente e do crescimento da cultura, afastando-se das características iniciais da fase de selvageria. Ou seja, o meio impõe novas condições de vida e novos hábitos de pensamento são criados, e assim, novas instituições se constituem. Os membros mais jovens, que resultam de misturas e mutações instintivas mais recentes da comunidade, conseguem se adaptar com maior facilidade as novas exigências impostas pelo meio e pelo aumento do grau de complexidade das instituições, que está relacionado com o crescimento da cultura. Os membros mais velhos do grupo, frutos de mutações e misturas instintivas anteriores, garantiram sua sobrevivência através de um esquema cultural mais elementar e devido a isso são menos capazes de se adaptar a um esquema cultural avançado com a mesma facilidade dos membros mais jovens (VEBLEN, 1914, p. 20).

Com o desenvolvimento dessas comunidades do período neolítico, segundo Veblen (1915, p. 18-19), há a passagem desse estágio de selvageria pacífica, para o estágio bárbaro, um estágio onde o estado de conflito é um traço principal e o modo de vida é predatório. O estágio inicial da fase bárbara relaciona-se com o período em que os indivíduos andavam em pequenos grupos, tribos, onde a divisão de tarefas é bem definida. O trabalho manual ou as tarefas relativas à subsistência, trabalho industrial, era realizado pelas mulheres, escravos e outras pessoas dependentes, esse tipo de trabalho era considerado inferior. Já aos homens são reservadas as ocupações mais nobres, como a caça, guerra, esportes e os rituais religiosos (VEBLEN, 1915, p. 19).

Essa passagem não é abrupta, ela se dá de forma gradual no decorrer da história da comunidade. Isso não significa que no estágio da selvageria pacífica não existisse conflitos e disputas entre os indivíduos, lutas esporádicas e competição entre os indivíduos sempre existiram ao longo da história da humanidade (VEBLEN, 1915, p. 19). O que Veblen (1915, p. 19-20) diferencia nas fases de selvageria pacífica e barbárie são os hábitos de vida que os indivíduos apresentavam nesses dois momentos do processo evolutivo de uma comunidade. Ou seja, os instintos que se manifestam nos indivíduos, mais especificamente, qual propensão instintiva sobressai nos diferentes estágios de desenvolvimento da comunidade. No estágio da barbárie há a presença de um hábito predatório dominante, que julga os fatos e acontecimentos do ponto de vista da luta e que é guiado por um instinto predatório.

A comunidade atinge esse estado predatório da cultura quando essa atitude de conflito se torna a atitude espiritual e habitual aceita pelos seus membros, quando a luta se torna a característica dominante dos seus membros (VEBLEN 1915, p. 19). Para Veblen (1915, p. 20), o que diferencia a fase pacífica da fase predatória é essa diferença dos estados de espíritos, ou seja, nos hábitos. O que está por trás é a manifestação mais acentuada de instintos diferentes nessas duas fases e não uma diferença física, a existência ou não de lutas e conflitos. Essa mudança de estado espiritual dominante se dá em resposta as mudanças no ambiente da comunidade e nas suas condições materiais, que acontecem gradualmente, durante a sua evolução.

Na fase pacífica da comunidade, o indivíduo demonstra sua eficiência contribuindo para a sobrevivência do grupo. Os membros do grupo reproduzem os serviços industriais uns dos outros. A emulação será de ocupações industriais. Ao passar para a fase predatória, as condições de emulação mudam. As atividades de proeza são mais valorizadas que as industriais, tudo que indique sinais de proeza será objeto de comparação entre os membros do grupo. Os objetos, pessoas, serviços que forem conquistados por meio da força são considerados sinais de proeza. A obtenção de bens de outra forma que não seja através da força é considerada indigna, o trabalho prestado a outros se torna despresticioso e esse comportamento é reproduzido pelos membros da comunidade (VEBLEN, 1915, p. 16).

Segundo Veblen (1915, p. 22), a constituição de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. A primeira forma de propriedade que se originou nas comunidades primitivas é a propriedade que os homens possuíam sobre as mulheres. Nos primeiros estágios da barbárie, a propriedade que os homens detinham sobre as mulheres possuía um caráter de troféu. Essa noção de propriedade se estende para a propriedade de escravos e também de coisas. Gradualmente, se origina a propriedade sobre os bens, e os bens passam a ser os troféus que dão prestígio ao seu possuidor.

Desde a sua origem, a propriedade é um elemento de comparação entre os membros do grupo. Na fase predatória, a propriedade de pessoas e posteriormente de coisas era a prova de sucesso e prestígio entre os membros da comunidade. Com o desenvolvimento da cultura, na fase que sucede a fase bárbara predatória, as atividades industriais voltam a se sobrepôr às atividades predatórias na comunidade e nos hábitos de pensamento dos indivíduos. Conforme isso vai se tornando cada vez mais tradicional na comunidade, a acumulação de bens toma o lugar da posse de pessoas como o indicativo de poder e sucesso. Com o desenvolvimento da

forma de produção industrial, a riqueza se torna a base habitual de estima entre os indivíduos (VEBLEN, 2015, p. 23-24).

Pode-se verificar na evolução da propriedade a própria mudança de objetivo final de um instinto. Como foi exposto anteriormente o *workmanship* é a preferência dos indivíduos por atividades úteis e sua aversão pelas inúteis. Essa característica está presente na fase da selvageria pacífica, onde todos os indivíduos exercem atividades que contribuem produtivamente com o grupo, há um senso de coletividade e solidariedade entre eles. Quando a comunidade entra numa fase predatória, onde a classe ociosa está definida e que possui um senso de coletividade menor e um egoísmo maior, os indivíduos conservam a propensão do *workmanship*. A aversão a atividades inúteis está presente e é um dos motores econômicos, porém, o objetivo final mudou. A instituição da propriedade privada impõe que o meio mais fácil para se atingir um objetivo é através da acumulação de bens. Isso soma-se com a autoestima do indivíduo que está atrelada ao aumento de riquezas, o *workmanship* passa a ser uma propensão que visa o aumento da riqueza material como forma de subjugar os outros indivíduos da comunidade (VEBLEN, 1915).

Nesse relato que Veblen (1915) constrói sobre a formação da classe ociosa e da mudança de significado da propriedade, pode-se observar a predominância de um instinto em relação aos demais nas diversas fases da comunidade. Isso influencia diretamente na formação dos hábitos de pensamento dos indivíduos, que ditam as regras de conduta da sociedade e formam as instituições. Provocado por mudanças no ambiente material da comunidade, outro instinto acaba se sobressaindo ou os objetivos finais dos instintos mudam, isso provoca uma mudança nos hábitos de pensamento e nas instituições da comunidade. Essa mudança é gradual e lenta, pois enfrenta forças que tentam barrar esse processo, os próprios hábitos de pensamento formados antes da mudança no ambiente. O Quadro 2 apresenta uma síntese da explicação tipo (iii)

Quadro 2 – Síntese da explicação tipo (iii) aplicada nas obras de Veblen

Elementos da estrutura de análise	Elementos das obras de Veblen	Explicação do tipo (iii)
Variação	Instintos, hábitos e instituições	O meio material favorece que um ou mais instintos se manifestem mais acentuadamente que outros. Conforme a cultura evolui, os hábitos e instituições mudam para acompanhar a mudança nas circunstâncias. O meio impõe novas condições e novos hábitos e instituições são criados. Isso abre oportunidade para manifestação de variação.
Seleção	Hábitos e instituições	Devido as exigências do meio material, hábitos e instituições são selecionados.
Replicação	Hábitos, e instituições	Os padrões de comportamento, hábitos, que se tem hoje são reflexos dos padrões de tempos passados. Com a evolução da comunidade as condições de replicação mudam. Os indivíduos reproduzem hábitos e instituições por motivos diferentes em cada fase da comunidade.
Adaptação	Hábitos e instituições	As exigências do meio impõem as condições de adaptação dos novos hábitos e instituições. Os membros mais jovens do grupo conseguem se adaptar mais facilmente que os membros mais velhos.

Fonte: Elaborado pela autora

2.5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo aplicou a estrutura analítica do capítulo 1 para analisar instintos hábitos e instituições de Veblen presentes nas obras *The Theory of Leisure Class* e *Instinct of Workmanship and the State of Industrial Art*. A primeira parte da estrutura era apresentar uma explicação aproximada de como variação, seleção, replicação e adaptação atuam. Identificou-se nas duas obras de Veblen qual papel instintos, hábitos e instituições ocupavam na estrutura de análise.

Os instintos são uma fonte de variação comportamental, segundo Veblen. Eles possuem a propriedade de se misturar se sobreporem e contaminar uns aos outros, podendo assim, definir novas propensões para as ações humanas. Os hábitos e as instituições reúnem todas as

características da estrutura de análise, eles possuem traços seletivos, replicativos, adaptativos e são fontes de variação comportamental.

O segundo tipo de modalidade aplicada foi uma explicação final da função dos elementos e do seu valor adaptativo para a sobrevivência e aptidão reprodutiva do organismo. Os instintos representam uma dupla fonte de variação comportamental. Primeiramente, o fim dos instintos pode ser alterado conforme as circunstâncias são impostas pelo ambiente e conforme os hábitos atuam para se adaptar a elas. A essência dos instintos permanece a mesma, mas seus objetivos finais podem ser modificados. Em segundo lugar, os instintos são passados de indivíduo para indivíduo através da genética, portanto quando há a mistura de diferentes grupos de indivíduos misturam-se, também, suas cargas instintivas gerando novos indivíduos com diferentes proporções de instintos atuando sobre seus comportamentos.

Veblen apresenta o caso do *parental bent* e do *workmanship* que são dois instintos que se reforçam e trabalham em conjunto para atingir o mesmo fim, que é a sobrevivência e prosperidade da comunidade. Também, em determinadas épocas da comunidade um instinto pode se sobressair aos demais, isso está relacionado com as exigências do ambiente e com as necessidades adaptativas dos indivíduos a essas exigências. Os hábitos possuem a capacidade de mudar para se adaptar a essas novas exigências, por consequência, isso gera uma mudança nas instituições dessa comunidade.

Esse processo enfrenta pressões retardadoras, que são oriundas dos próprios hábitos dos indivíduos que estão adaptados às circunstâncias passadas. Ao relatar a constituição da classe ociosa, Veblen retrata esse movimento de sobreposição de instintos, mudança de hábitos que geram mudança nas instituições e as forças que fazem pressão contra essa mudança. Na descrição da construção da classe ociosa é possível observar o processo de replicação. Esse relato é uma explicação da descendência, de como os elementos evoluíram no tempo, fechando a terceira parte da estrutura de análise.

CAPÍTULO 3: O MULTIPLO PAPEL DO INDIVÍDUO DE VEBLEN NA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

3.1) INTRODUÇÃO

O objetivo desse capítulo é analisar qual é o papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen. A hipótese é de que o indivíduo de Veblen possui um papel múltiplo na evolução institucional. O indivíduo é tanto agente, ou seja, desempenha um papel ativo, quanto é influenciado pelas instituições, nesse caso possui também um papel passivo.

Inicia-se apresentando o processo de evolução institucional de Veblen. Nesse Capítulo, a estrutura analítica das características fundamentais da Teoria Econômica e Evolucionária será retomada para investigar o papel que o indivíduo nesse processo.

3.2) A VISÃO DE VEBLEN SOBRE A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

Segundo Veblen (1915, p. 188), a evolução da estrutura social é um processo de seleção natural de instituições. As instituições mudam conforme há uma mudança nas circunstâncias em que estão inseridas. Isso ocorre devido a um crescimento cumulativo dos costumes e hábitos de pensamento, é uma adaptação seletiva de convenções e métodos de vida. As instituições possuem a capacidade de mudar e se adaptar devido a sua formação por hábitos. O desenvolvimento das instituições será o próprio desenvolvimento da sociedade.

As situações que os indivíduos enfrentam hoje, molda as instituições do futuro através de seleção e coerção. As instituições que temos hoje são herdadas de processos passados, estão adaptadas a circunstancias passadas, portanto, nunca satisfazem completamente as necessidades do presente. O processo de adaptação seletiva de instituições nunca consegue acompanhar a mudanças progressivas nas situações que a comunidade enfrenta. Os hábitos de pensar que os indivíduos possuem no presente, tendem a persistir indefinidamente, a menos que haja novas combinações instintivas que estão latentes no indivíduo ou uma circunstância externa ao indivíduo force a uma mudança. Como mencionado anteriormente, esses hábitos constituem fatores de inércia e conservadorismo (VEBLEN, 1915, p. 190-191).

Veblen (1915, p. 192) argumenta que a estrutura social é capaz de mudar, se desenvolver e adaptar-se em resposta a uma mudança nas situações vigentes. Esse processo acontece através da mudança nos hábitos de pensamentos das diversas classes que formam a comunidade, ou nos hábitos de pensamentos dos indivíduos que pertencem a essa comunidade. A evolução social é um processo de adaptação mental dos indivíduos induzido pela mudança nas circunstâncias externas, que não conseguem tolerar mais hábitos de pensamento adaptados a situações do passado.

Social advance, especially as seen from the point of view of economic theory, consists in a continued progressive approach to an approximately exact "adjustment of inner relations to outer relations"; but this adjustment is never definitively established, since the "outer relations" are subject to constant change as a consequence of the progressive change going on in the "inner relations" (Veblen, 1915, p. 192)

O reajustamento dos hábitos de pensamento dos indivíduos às exigências das novas circunstâncias externas é feito tardiamente e relutantemente, através da coerção exercida pela mudança nas situações da comunidade. O ajustamento das instituições e dos hábitos a um ambiente alterado é feita em resposta a uma pressão do ambiente, é uma resposta a um estímulo. Na comunidade há classes que estão mais “protegidas” das pressões de mudanças, essas classes adaptam seus sistemas mais tardiamente a situação alterada e tendem a retardar o processo de transformação social (VEBLEN, 1915, p. 192-193).

Segundo Veblen (1915), a classe ociosa, detentora de riquezas, ocupa uma posição bem “protegida” das forças econômicas que contribuem para a mudança e o reajuste. Pode-se dizer que, as forças que atuam no reajuste das instituições, especialmente no caso de uma comunidade industrial mais moderna, são quase inteiramente de natureza econômica.

Qualquer classe ou parte da comunidade que fique “protegida” da ação do ambiente em mudança, adaptará suas visões e seus esquemas de vida mais tarde do que o restante da comunidade que está exposta a mudança. Isso tende a retardar o processo de transformação social. A classe ociosa ocupa essa posição “protegida”, está abrigada da influência das forças econômicas que contribuem para as mudanças e ajustes (VEBLEN, 1915, p. 193).

Para Veblen (1915, p. 193), uma comunidade pode ser vista como um mecanismo industrial econômico, cuja estrutura é composta por instituições econômicas. Essas instituições são métodos e processos habituais de vida da comunidade, que consideram o ambiente material em que estão inseridos. Por um período de tempo esses métodos e processos habituais irão facilitar a vida da comunidade. Com o crescimento da população e do conhecimento dos seres

humanos e suas habilidades acerca das forças da natureza, os métodos habituais de relação entre os membros do grupo e os processos habituais de vida do grupo, não mais darão os mesmos resultados que antes.

Qualquer indivíduo que precise alterar seus hábitos de vida e suas relações habituais, sente a discrepância entre o método de vida exigido pelas novas circunstâncias presentes na comunidade e o esquema tradicional que ele estava acostumado. São esses indivíduos que recebem o maior incentivo para reconstruir o esquema de vida e aceitam mais facilmente as novas exigências (VEBLEN, 1915, p. 195).

A pressão exercida pelo meio na comunidade para fazer o reajustamento de seus hábitos atua sobre os seus membros na forma de exigências pecuniárias (VEBLEN, 1915, p. 195). É devido a esse fator que Veblen (1915, p. 195-196) afirma que as forças que contam para o reajustamento das instituições são, majoritariamente, econômicas. Essas forças tomam a forma de pressão pecuniárias, que incentivam uma mudança nos hábitos de vida dos indivíduos.

Retomando o que foi exposto anteriormente, a classe rica ou a classe ociosa é conservadora, na visão de Veblen (1915, p. 198). As exigências pecuniárias gerais da comunidade não afetam, diretamente, os membros dessa classe. Essa classe não sofre as exigências de mudar seus hábitos de vida e seus pontos de vida para atender as mudanças da comunidade industrial, pois não são uma parte ativa, orgânica, da comunidade industrial. Essa classe, detentora do poder pecuniário, está abrigada da pressão para a mudança.

Segundo Veblen (1915, p. 198-199), a atuação da classe ociosa durante a evolução social é no sentido de retardar as mudanças e o reajustamento e conservar a obsolescência. A aversão dessa classe a mudança é originária dos instintos, uma repulsa instintiva a qualquer tentativa de mudança na forma aceita de fazer e olhar para as coisas, que só é superada pela própria força da mudança nas circunstâncias.

Toda mudança nos hábitos de vida e de pensamento é difícil. A diferença que reside entre a aversão à mudança da classe ociosa e a aceitação das classes mais baixas não reside nos motivos que leva ao conservadorismo, mas no grau de exposição as formas econômicas que permeiam a mudança. As classes mais baixas estão mais expostas a essas forças que a classe ociosa. Os membros da classe ociosa não cedem a inovação com a mesma facilidade dos demais membros da comunidade, pois não sofrem uma pressão que os obrigue a isso e possuem uma

aversão a mudança que é originada pelas suas propensões instintivas (VEBLEN, 1915, p. 199-200).

The fact that the usages, actions, and views of the well-to-do leisure class acquire the character of a prescriptive canon of conduct for the rest of society, gives added weight and reach to the conservative influence of that class. It makes it incumbent upon all reputable people to follow their lead. So that, by virtue of its high position as the avatar of good form, the wealthier class comes to exert a retarding influence upon social development far in excess of that which the simple numerical strength of the class would assign it. Its prescriptive example acts to greatly stiffen the resistance of all other classes against any innovation, and to fix men's affections upon the good institutions handed down from an earlier generation (Veblen, 1915, p. 200).

Esse conservadorismo da classe ociosa será considerado pelos membros da comunidade como um sinal de respeitabilidade, um sinal honorífico e devido a isso será copiado pelas classes mais baixas. O conservadorismo, característica das classes mais altas, é considerado um sinal de riqueza e, devido a isso, fornece um status positivo para quem o possui. Em oposição, a inovação é vista como vulgar e pertencente às classes mais baixas, traz um status negativo aos seus possuidores. O que reprime a inovação é uma repulsa instintiva e a reprovação dos membros da comunidade (VEBLEN, 1915, p. 200).

Segundo Veblen (1915, p. 203-204), a classe ociosa utiliza um segundo mecanismo que retarda a evolução. O processo de reajustamento de hábitos envolve um certo esforço mental, requer energia, uma quantidade que exceda à energia necessário para as atividades diárias de subsistência. Os indivíduos das classes baixas, os pobres e todas aquelas pessoas cuja a energia é totalmente consumida na luta pela subsistência são conservadores, pois não lhes restas energia para o esforço que a mudança nos hábitos de pensar exige.

As instituições da classe ociosa atuam para tornar as classes mais baixas conservadores, retirando tanto quanto for possível seus meios de subsistência e sustento, reduzindo, assim, seu consumo e a energia disponível. As classes mais baixas se tornam incapazes de realizar o esforço necessário para a aprendizagem e adoção de novos hábitos de pensamento. A acumulação de riquezas pelas classes altas implica privações nas classes mais baixas. Essa privação justamente nas classes mais propensas a inovação é um grande obstáculo para que ela seja possível (VEBLEN, 1915, p. 204).

Os indivíduos das classes mais baixas tendem a copiar os hábitos de vida da classe mais alta, pois desejam possuir o mesmo status de respeito que a classe alta possui. Eles, inclusive, tentam copiar os hábitos de consumo dessa classe, mesmo não tendo os meios para fazê-lo. Isso

ajuda a retirar, ainda mais, os meios de subsistência das classes baixas e será um terceiro mecanismo de conservadorismo pregado pela classe ociosa (VEBLEN, 1915, p. 205).

The institution of a leisure class hinders cultural development immediately (i) by the inertia proper to the class itself, (2) through its prescriptive example of conspicuous waste and of conservatism, and (3) indirectly through that system of unequal distribution of wealth and sustenance on which the institution itself rests (Veblen, 1915, p. 2005).

Para Veblen (1915, p. 206), a classe ociosa possui um interesse material em manter a situação atual em questão. Ela ocupa uma posição privilegiada, qualquer desvio da posição atual constitui uma ameaça, pois pode atuar em detrimento dela. Essa motivação complementa a forte tendência instintiva dessa classe em conservar a situação vigente.

Essa seção apresentou o conceito de evolução institucional para Veblen e as forças envolvidas nesse processo. A evolução institucional em Veblen (1915) é um processo cumulativo. Pode-se notar que os indivíduos atuam no processo de evolução institucional. A próxima seção, pretende esclarecer qual é o papel dos indivíduos no processo de evolução institucional.

3.3 O PAPEL DO INDIVÍDUO NA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

Através da exposição da evolução institucional de Veblen (1915), na seção anterior, pode-se constatar que o indivíduo se comporta de três formas nesse processo: ele é um agente da evolução institucional, através da mudança de seus hábitos mentais em resposta ao meio; ele é um elemento de inércia, ao pertencer a um grupo que ocupa uma posição favorecida na comunidade, os indivíduos se toram avessos a mudança, pois querem preservar sua situação vigente. Também, a evolução institucional atua sobre os indivíduos em comunidade.

Os indivíduos são formados por instintos e hábitos e ao mesmo tempo que seus hábitos compartilhados em comunidade formam as instituições, os indivíduos são influenciados por elas. Retomando o capítulo 2, isso significa dizer que, em Veblen (1914; 1915), os seres humanos são constituídos por elementos de variação, seleção, replicação e adaptação. Os instintos fornecem duas fontes de variação para os indivíduos, uma oriunda da carga genética e outra quando os objetivos finais dos instintos mudam (VEBLEN, 1914).

A questão que fica é: por que os objetivos finais dos instintos mudam, segundo Veblen (1914; 1915)? O que Veblen (1914; 1915) apresenta é que existe a interação entre os indivíduos com o meio em que eles vivem. Essa interação se caracteriza como um processo cumulativo, que pode modificar e alterar o ambiente em que a comunidade está inserida. Essa mudança no ambiente pode transformar as exigências materiais e isso exige uma readaptação nos objetivos finais dos instintos. A necessidade dos indivíduos de readaptar seus objetivos finais, para os quais os instintos são canalizados, é uma fonte de variação que surge da interação dos seres humanos com o meio em que vivem e esse é um fenômeno endógeno à comunidade.

Fenômenos exógenos a comunidade também podem alterar as condições com o meio e exigir que os instintos readéquem seus fins, ou ainda, que um instinto se sobressaia aos demais. Alguns desastres podem alterar o meio e as necessidades materiais, exigindo que os indivíduos respondam diferentemente do que estão habituados. Os fins dos instintos se modificam, ou um instinto se torna mais necessário que os demais e isso abre a oportunidade para a variação comportamental (VEBLEN, 1914; 1915).

A repetição de formas e meios empregadas para atingir os diversos fins determinados pelos instintos constituem os hábitos de vida dos indivíduos. A constituição dos hábitos de vida também depende da interação dos indivíduos com o meio, pois os hábitos são respostas aos instintos. Em comunidade, os hábitos dos indivíduos são selecionados. Essa seleção leva em consideração as necessidades impostas pelo ambiente da comunidade e pelo meio material (VEBLEN, 1914; 1915).

A adaptação desses hábitos mentais selecionados corresponde a institucionalização dos hábitos na comunidade. As instituições são os hábitos que passaram por processos seletivos e adaptativos. Metcalfe (1998) e Lawson (2003) destacam que existe a presença de elementos interadores e replicadores que auxiliam na preservação da variação, os primeiros tem a função de fazer com que a replicação não seja perfeita. Para Metcalfe (1998), esses elementos estão presentes no processo de adaptação.

Em Veblen (1915), as instituições também são elementos de variedade comportamental, devido ao ambiente da comunidade, as situações materiais, as instituições podem favorecer um tipo de comportamento em detrimento de outros. Segundo Veblen (1915), seleção e adaptação de hábitos são processos simultâneos que geram variação. Na seleção, a variação aparece na gama de comportamentos e hábitos que serão selecionados. Veblen (1915) afirma que existe variação causada pela adaptação das características selecionadas, isso indica que a adaptação

não é perfeita, preservando a variedade. Portanto, no processo de adaptação das instituições pode haver interação das instituições com o meio. O meio e as condições materiais são fatores que influenciam na adaptação de instituições.

Para Lawson (2003) os replicadores e interadores são mecanismos que atuam no processo de replicação, ou seja, a replicação também não é perfeita abrindo caminho para a variação. Essa ideia também está presente em Veblen (1914; 1915) e pode ser observada no processo de replicação dos hábitos e instituições da classe ociosa pelas demais classes abaixo dela. As classes mais baixas, não possuem as mesmas condições materiais que a classe ociosa, portanto não é possível que elas repliquem exatamente os hábitos e instituições dessa classe, principalmente os que envolvem consumo. Essa replicação também sofre uma interação com o meio e com as condições materiais da comunidade, especificamente com as condições materiais de cada classe.

Como foi exposto na seção anterior, as mudanças no ambiente da comunidade geram nos indivíduos a necessidade de readaptar seus hábitos de pensamento e de vida. Os hábitos dos indivíduos nunca estão completamente adaptados às condições atuais, pois foram formados e estão moldados às exigências das situações anteriores. Esse conflito entre instituições formadas por hábitos adaptados a situações passadas e as novas necessidades do meio, que exigem uma nova adaptação dos hábitos dos indivíduos se configura em um processo cíclico (VEBLEN, 1915).

Os indivíduos ocupam uma posição central nesse processo. Eles formam as instituições através de seus hábitos de pensamento compartilhados em sociedade, que são guiados pelos seus instintos. Isso está relacionado com o fato de, segundo Veblen (1915), os seres humanos serem agentes devido a uma necessidade seletiva. Os indivíduos percebem-se como figuras centrais no desenvolvimento de atividades teleológicas. Para Veblen (1915), os indivíduos são agentes que buscam, em cada ato, a realização de um determinado objetivo. Segundo Hodgson (1998), a agência humana de Veblen é fundamentada nos hábitos e instintos.

Segundo Camic e Hodgson (2011), Veblen acreditava que as instituições afetam as vontades e os desejos dos indivíduos e que os processos sociais operam através dos indivíduos. As instituições são os resultados da conduta dos indivíduos membros de grupos, é através da experiência deles que as instituições surgem. Os indivíduos são essenciais para a teoria de Veblen, porém não são o único elemento explicativo dessa teoria. No fenômeno da evolução institucional, pode-se constatar a participação e influência do ambiente nesse processo. Nas

palavras de Camic e Hodgson (2011), Veblen via as instituições sociais e agência dos indivíduos como mutualmente constitutivas.

As instituições, também, moldam os indivíduos. Elas são fatores de seleção de comportamentos, podem se impor aos indivíduos como forças coercoras (VEBLEN, 1915). Portanto, os indivíduos constroem as instituições através de seus hábitos de pensamento e, ao mesmo tempo, são moldados por elas. As instituições são elementos seletivos e adaptativos de comportamentos. Essas características permitem que elas sejam forças de coerção que se impõem aos indivíduos.

Em grupo, os seres humanos podem apresentar um comportamento avesso à evolução e, até mesmo, atuam para barra-la. Veblen (1915) apresenta o caso dos membros que compõem a classe ociosa. Esses indivíduos ocupam uma posição favorecida, tanto econômica, quanto favorecida pela sociedade. Possuem segurança econômica e, devido a isso, são vistos pelos demais membros como indivíduos que possuem um *status* superior, portanto seus hábitos de pensamento e instituições são vistos pela comunidade como respeitáveis (VEBLEN, 1915).

Esse grupo de indivíduos que constituem a classe ociosa desejam manter sua posição na comunidade e, por essa razão, são avessos a evolução. Os indivíduos da classe ociosa exercem uma pressão conservadora na sociedade, através de seus hábitos e instituições que são reproduzidos pelas demais classes devido ao fato de serem considerados honoríficos e respeitosos. Essa replicação se dá de forma imperfeita o que abre caminho para variedade comportamental e para o conflito entre necessidades imposta pelo ambiente e instituições (VEBLEN, 1915).

Essa característica dos indivíduos que pertencem a um grupo favorecido e desejam manter sua posição, também reflete o que Veblen (1915) afirmava, que os seres humanos possuem um caráter de agente. Essa ideia de ser humano agente de Veblen (1915) converge com o fator intencionalidade do processo evolutivo social que é exposto por Metcalfe (1998), Lawson (2003) e Witt (2014). Os seres humanos são capazes de aprender, de acumular conhecimento sobre os diversos processos. Esse fator é uma das razões para a evolução social ser mais rápida do que a biológica. A evolução social não é um processo puramente aleatório como a biológica, uma das razões é a participação dos indivíduos nesse processo, eles estão diretamente associados a intencionalidade.

Para Hodgson (1998), o argumento de Veblen é que os seres humanos são capazes de moldar suas circunstâncias, da mesma forma que são moldados por elas. Os seres humanos e o meio são resultados de processos evolucionários. Veblen concebe os indivíduos tanto em

termos biológicos, quanto socioeconômicos. Os indivíduos são seres biológicos e sociais, seu caráter biológico não deve ser ignorado.

No processo evolutivo da sociedade, segundo o que foi apresentado por Veblen (1914; 1915), o indivíduo possui o papel de agente, ele atua na construção do processo através de seus instintos e hábitos de pensamento. Mesmo quando ele age em grupo para barrar a evolução, ele está exercendo seu caráter de agente. Também, o indivíduo possui um papel mais passivo, onde as instituições restringem e moldam seu comportamento. A todo o momento, na definição dos objetivos dos seus instintos, na construção de hábitos e instituições, o indivíduo interage com o meio em que vive.

3.5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa seção era analisar qual o papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen. A evolução institucional é definida por Veblen (1915) como um processo de seleção natural de instituições. A evolução social é um processo de adaptação mental dos indivíduos induzido pelas mudanças no ambiente. Por serem formadas por hábitos, as instituições são instigadas a mudar devido a uma alteração nas circunstâncias do ambiente em que estão inseridas. As instituições que temos hoje foram formadas por hábitos de pensar construídos no passado, estão adaptadas a situações passadas, portanto não estão completamente adaptadas as necessidades do presente.

Os indivíduos em grupo podem apresentar um comportamento que objetiva retardar essa evolução. Veblen (1915) apresenta o caso da classe ociosa, que ocupa uma posição protegida das forças que impulsionam a mudança, que são majoritariamente forças econômicas. Essa classe, através de seus hábitos e instituições, tenta barrar a evolução institucional pois tem interesse em manter sua condição atual.

Pode-se constatar que o indivíduo se comporta de três formas na evolução social. Ele é agente da evolução, através de seus hábitos de pensamento que são fatores de variação, seleção, replicação, adaptação e que constroem as instituições. É por intermédio do fator hábito que a seleção de comportamentos é feita, com base nas novas exigências do ambiente, e, também, que a readaptação acontece. Veblen (1915) destaca que os indivíduos possuem um caráter de agente, buscam realizar um determinado objetivo.

Para Veblen (1914; 1915) as instituições, que também possuem as características de variação, seleção, replicação e adaptação, são forças de coerção que selecionam comportamentos, isso evidencia, também, que o indivíduo possui um papel passivo na mudança institucional, onde seu comportamento é moldado pelas instituições. Portanto, as instituições constituem o comportamento dos indivíduos ao mesmo tempo que são constituídas pelos próprios indivíduos. Nesse processo há, ainda, a interação com o meio e com as condições materiais que ajuda na preservação da variação. Isso proporciona que a evolução institucional seja um processo cíclico, sem fim.

Em grupo, os indivíduos podem exercer uma força que tenta barrar a evolução. Nesse caso eles também estão praticando o seu papel de agente, só que ao invés de promover e construir a evolução institucional, eles estão atuando para que ela não aconteça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou responder qual é o papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen, tendo por base as características da Teoria Econômica Evolucionária identificadas por Witt (2014), Potts (2003), Metcalfe (1998) e Lawson (2003). O objetivo principal é buscar o papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen.

De objetivos específicos, construiu-se uma estrutura analítica para avaliar o caráter evolucionário de uma teoria, com base nos autores Witt (2014), Potts (2003), Metcalfe (1998) e Lawson (2003). Essa estrutura foi aplicada na teoria de Veblen com o objetivo de analisar seu caráter evolucionário. Para realizar essa análise foram utilizadas duas obras de Veblen, *The Theory of the Leisure Class* e *The Instinct of Workmanship*.

Para a construção da estrutura analítica é preciso, primeiramente, esclarecer o que é uma ontologia evolucionária. Essa necessidade se origina da própria falta de ontologia que sirva como guia e alicerce para as Teorias Econômicas Evolucionárias. Este trabalho apresentou a proposta ontológica de Dopfer e Potts (2004; 2008) chamada Realismo Evolucionário. O realismo evolucionário é formado por três axiomas ontológicos: a bimodalidade, a seleção e o processo. Esses axiomas juntos descrevem que uma ontologia evolucionária trata de existências que podem ser físicas e não físicas (informacionais) e que possuem atualização de informações no tempo e espaço. As existências têm a propensão para se associar e formam processos de transformações.

Witt (2014), Potts (2003), Metcalfe (1998) e Lawson (2003) apresentam pontos semelhantes com a ontologia evolucionária e propõem elementos fundamentais para uma Teoria Econômica Evolucionária, que são: a variação, seleção, replicação e adaptação. Esses elementos entram na Teoria Econômica Evolucionária através das modalidades de explicação de Witt (2014). Primeiro há uma explicação aproximada de como eles atuam, uma explicação final da função desses elementos e do seu valor adaptativos para a sobrevivência do grupo e explicação da descendência e da evolução dos elementos ao longo do tempo. A demarcação da população e da unidade de seleção também são componentes da uma Teoria Econômica Evolucionária.

Essa estrutura analítica é usada para investigar o papel de instintos, hábitos e instituições presentes na obra de Veblen. A primeira parte da estrutura apresenta uma explicação aproximada de como variação, seleção, replicação e adaptação atuam. Os instintos são fonte de variação comportamental, já hábitos e instituições são tanto fonte de variação, quanto de seleção, replicação e adaptação. A segunda modalidade de explicação visa fornecer uma

explicação final da função dos elementos e do seu valor adaptativo para a sobrevivência e aptidão reprodutiva do organismo. Os instintos possuem uma dupla fonte de variação, uma oriunda das mudanças no ambiente material, onde os fins dos instintos podem ser modificados; outra oriunda da própria mistura genética de diferentes cargas instintivas.

Os hábitos e instituições podem ser modificados para se adaptar as novas condições do ambiente material. Isso se dá através de um processo de seleção e que abre oportunidade para variação comportamental. Os hábitos e instituições que passam pelo processo seletivo e adaptativo serão replicados, lembrando que essa replicação não acontece de forma perfeita. Esse processo enfrenta pressões retardadoras, que são oriundas dos próprios hábitos dos indivíduos que estão adaptados às circunstâncias passadas.

A terceira modalidade de explicação é a explicação da descendência, de como os elementos evoluíram no tempo. Ao descrever a formação de uma classe ociosa, Veblen retrata esse movimento de sobreposição de instintos, mudanças de hábitos que geram mudanças nas instituições, a replicação desses hábitos e instituições e as forças que atuam contra essa mudança. A explicação tipo (iii) é fundamental para compreender o caráter múltiplo da atuação das instituições. É no processo “genético” que se compreende que a seleção, mediante a replicação de comportamentos instituídos, é imperfeita, interage com a cumulatividade técnica e material, e reintroduz variabilidade.

Após a aplicação da estrutura de análise parte-se para a análise do papel do indivíduo em Veblen. Primeiramente, define-se o que é evolução institucional para Veblen, que é um processo de adaptação mental dos indivíduos induzido pelas mudanças no ambiente. Devido a sua formação por hábitos, as instituições são impulsionadas a mudar devido as alterações no ambiente material. O indivíduo se comporta de três formas na evolução institucional. Ele pode ser agente da evolução institucional, através de seus hábitos de pensamento que são fatores de variação, seleção, replicação, adaptação e que constroem as instituições.

O indivíduo também possui um papel passivo na evolução institucional. As instituições também são fatores de variação, seleção, replicação, adaptação, são capazes de selecionar os comportamentos, portanto os indivíduos também são moldados pelas instituições. Elas constituem e são constituídas por eles.

Os indivíduos podem exercer uma pressão conservadora que barra a evolução. Esse fenômeno acontece quando eles pertencem a grupos. Isso também é exercer um papel de agente, só que sua atuação é para barrar a evolução institucional.

O múltiplo papel do indivíduo em Veblen, ora agente adaptativo e ser instintivo, ora agente institucionalizado, pode ser concebido cientificamente e teoricamente quando se

incorpora na estrutura teórica a explicação do tipo (iii). Esse tipo de explicação torna possível conceber a história de processos adaptativos que são, também, interativos nos quais a seleção, adaptação e replicação são imperfeitas, abrindo caminho para a geração de nova variação. Uma ontologia (e epistemologia) evolucionária permitem criar teorias científicas nestes moldes.

Através da estrutura de análise, o indivíduo de Veblen é um elemento de interação com o meio que atua de diferentes formas no processo evolutivo. A modalidade do tipo (iii) permite conceber que os indivíduos adotem diferentes papéis durante um processo evolutivo. Ele pode tanto promover a evolução, quanto se associar a um grupo e atuar para barrá-la. Assumindo essas condutas o indivíduo manifesta características de variação comportamental, seleção, adaptação e replicação.

A explicação do tipo (iii), também, torna possível observar que ao longo de um processo os indivíduos têm seu comportamento moldado pelas instituições. Isso significa que sua conduta foi selecionada e passou por um processo de adaptação e, posteriormente, será replicado. Esses processos não ocorrem de forma perfeita, o que abre espaço para variação e para a continuidade da evolução.

REFERENCIAS

BRADIE, M. Evolutionary Epistemology. In: DAVIS, J. B; HANDS, D. W; MÄKI, U. **The Handbook of Economic Methodology**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 1998. p 167-170.

CAMIC, C; HODGSON, G, M. Essential Writings of Thorstein Veblen. New York: Routledge, 2011.

CAMPBELL, D. T. **Evolutionary Epistemology**. In: Radnitzky, G; Bartley, W. W. Evolutionary Epistemology, Rationality, and the Sociology of Knowledge. Chicago: Open Curt, 1993.

CERQUEIRA, H. E. A. G. A. **Economia Evolucionista: um Capítulo Sistêmico da Teoria Econômica?** *Análise Econômica*, nº 37, 2002.

DAVIS, J. B. Ontology. In: DAVIS, J. B; HANDS, D. W; MÄKI, U. **The Handbook of Economic Methodology**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 1998. p. 343-346.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1987.

DEQUECH, D. **Neoclassical, Mainstream, Orthodox and Heterodox Economics**. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30(2), 2007.

DOPFER, K. **Evolutionary Economics**. *Papers on Economic and Evolution*, 1308, 2013.

DOPFER, K. POTTS, J. **Evolutionary Realism: a New Ontology for Economics**. *Journal of Economic Methodology*, v. 11:2, 2004.

DOPFER, K. POTTS, J. **The General Theory of Economic Evolution**. New York: Routledge, 2008.

HAMILTON, W. H. **Institution**. *Journal of Institutional Economics*, 1: 2, 2005.

HODGSON, G. Evolutionary Economics. In: DAVIS, J. B; HANDS, D. W; MÄKI, U. **The Handbook of Economic Methodology**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 1998. p. 160-167.

HODGSON, G. M. **On the Evolution of Thorstein Veblen's Evolutionary Economics**. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, 1998.

HULL, D. L. **Individuality and Selection**. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 11, 1980.

LAWSON, T. **Reorienting Economics**. New York: Routledge, 2003.

MARX PLANCK INSTITUTE OF ECONOMICS. Disponível em <<http://www.econ.mpg.de/english/staff/evo/witt>> Acesso em: 16 de jun.2016.

METCALFE, J. S. **Evolutionary Economics and Creative Destruction**. London: Routledge, 1998.

MONASTERIO, L. M. **Guia para Veblen: Um Estudo Acerca da Economia Evolucionária**. Editora Universitária, Pelotas, 1998.

NEALE, W. C. **Institutions**. *Journal of Economic Issues*, v. 21, n. 3, 1987.

NELSON, R. **Evolutionary social science and universal Darwinism**. *Journal of Evolutionary Economics*, 2006.

NELSON, R; WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, Massachusetts : Belknap Press of Harvard University Press, 1982.

PESSALI, H. F; FERNÁNDEZ, R. G. A Tecnologia na Perspectiva da Economia Institucional. In: PELAEZ, V; SZMRECSÁNYI, T. **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Huacitec, 2006. p. 87-108.

POTTS, J. **Evolutionary Economics: An Introduction to the Foundation of Liberal Economic Philosophy**. Discussion Paper, nº. 324, 2003.

ROYAL MELBOURNE INSTITUTE OF TECHNOLOGY. Disponível em <<http://www.rmit.edu.au/contact/staff-contacts/academic-staff/p/potts-professor-jason>> Acesso em: 16 de jun.2016.

RUTHERFORD, M. **Institutional Economics: Then and Now**. *The Journal of Economic Perspectives*, v.15, n.3, 2001.

STOELHORST, J. W. **Darwinian Foundations for Evolutionary Economics**. *Journal of Economic Issues*, v. 42, n. 2, 2008.

THE UNIVERSITY OF MANCHESTER (MANCHESTER). Disponível em: <<http://www.manchester.ac.uk>> Acesso em: 20 de jun.2016.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições**. São Paulo: Abril Cultura. 1983.

VEBLEN, T. **Why is Economics not an Evolutionary Science?** *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, 1898.

VEBLEN, T. **The Instinct of Workmanship: And the State of the Industrial Arts**. New York: B. W. Huebsch. 1914.

VEBLEN, T. The Preconceptions of Economic Science III. In: VEBLEN T. **The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays**. New York: B. W. Huebsch, 1919, 148-179.

VEBLEN, T. **The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions**. New York: The Macmillan Company, 1915.

WITT, U. **The Future of Evolutionary Economics: Why Modalities Matter**. *The Journal of Economics and Evolution*, v. 10: 4, 2014.

ZIMAN, J. **Technological Innovation as an Evolutionary Process**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2000.

ZUANON, A. C. A. **Instinto, etologia e a teoria de Konrad Lorenz**. *Ciência & Educação*, v.13, n.3, 2007.